OBSERVADOR RURAL
Nº 144
Maio 2024

MOÇAMBIQUE MAIS SUBDESENVOLVIDO
UM REVISITAR TEÓRICO SOBRE O DESENVOLVIMENTO E O SUBDESENVOLVIMENTO

João Mosca

O documento de trabalho *(Working Paper) OBSERVADOR RURAL* (OMR) é uma publicação do Observatório do Meio Rural. É uma publicação não periódica de distribuição institucional e individual. Também pode aceder-se ao *OBSERVADOR RURAL* no *site* do OMR (www.omrmz.org).

Os objectivos do *OBSERVADOR RURAL* são:

- Reflectir e promover a troca de opiniões sobre temas da actualidade moçambicana e assuntos internacionais.
- Dar a conhecer à sociedade os resultados dos debates, de pesquisas e reflexões sobre temas relevantes do sector agrário e do meio rural.

O *OBSERVADOR RURAL* é um espaço de publicação destinado principalmente aos investigadores e técnicos que pesquisam, trabalham ou que tenham algum interesse pela área objecto do OMR. Podem ainda propor trabalhos para publicação outros cidadãos nacionais ou estrangeiros.

Os conteúdos são da exclusiva responsabilidade dos autores, não vinculando, para qualquer efeito o Observatório do Meio Rural nem os seus parceiros ou patrocinadores.

Os textos publicados no *OBSERVADOR RURAL* estão em forma de *draft*. Os autores agradecem contribuições para aprofundamento e correcções, para a melhoria do documento.

MOÇAMBIQUE MAIS SUBDESENVOLVIDO
UM REVISITAR TEÓRICO SOBRE O DESENVOLVIMENTO E O SUBDESENVOLVIMENTO

João Mosca[1]

1. INTRODUÇÃO

Este texto procura fundamentar que Moçambique vem aprofundando as suas características de país subdesenvolvido[2].

O subdesenvolvimento e o desenvolvimento são temas muito debatidos na academia, centros de pesquisa e nos círculos políticos. O debate inicia-se desde Marx, autores de diferentes escolas de economia clássica e neoclássica, os revolucionários russos (Lenine, Kautsky e Trotsky, Bucarine e outros[3]), na Segunda Internacional[4] e, depois, sobretudo a partir da década dos anos sessenta, por académicos da CEPAL[5] (designada como a teoria desenvolvimentista), de escolas de esquerda (também conhecida como a nova esquerda) do Brasil, Chile e México, europeus (principalmente França), chineses e africanos/egípcios[6].

O caso de Moçambique é referido sumariamente com base nos discursos e nas opções políticas e económicas dos primeiros anos depois da independência e depois de 1987, com o Programa de Ajustamento Estrutural (PAE), designado internamente por Programa de Reabilitação Económica (PRE). O autor argumenta que, em Moçambique não existiam condições internas e contextos externos que, em conjugação, permitissem o sucesso da opção socialista. Essas condições resultavam de uma combinação de factores políticos quanto à formação de classes sociais e das elites nacionais, de consciência de classes, do estágio de desenvolvimento (das forças produtivas), da natureza das relações externas num mundo capitalista em fase terminal de guerra-

---

[1] Doutor em Economia Agrária e Sociologia Rural. Pesquisador do OMR.

[2] Os termos contrapostos de subdesenvolvido ou em desenvolvimento/em vias de desenvolvimento; desenvolvido, pobres/ricos; centro/periferia; rendimento baixo/rendimento médio ou alto, Primeiro Mundo/Terceiro Mundo, são conceitos que incluem percepções ou posicionamentos políticos e ideológicos seja de autores como de escolas de pensamento e dos públicos-alvo. O autor não opta por um destes termos e utiliza-os indiferentemente ao longo do texto.

[3] Existiram profundas diferenças entre os intelectuais russos. Por exemplo, Trotski, um dos comandantes do exército vermelho e intelectual marxista, foi preso em 1927, depois de uma acalorada discussão com Estaline, e deportado em 1927 para a Sibéria, exilou-se depois no México onde foi morto (Agosto de 1940) por um agente da polícia de Estaline. https://www.infoescola.com/biografias/leon-trotski/. O nome Staline é também escrito neste texto como Estaline.

[4] A Segunda Internacional (1889-1916) ou Internacional Socialista ou ainda Internacional Operária foi uma organização dos partidos socialistas e operários criada, principalmente por iniciativa de Friedrich Engels, por ocasião do Congresso Internacional de Paris, em 14 de Julho de 1889. Foi extinta em 1916 em consequência dos vários partidos nacionais em relação à Segunda Guerra, apoiando cada um, os seus respectivos países.

[5] CEPAL é uma das cinco comissões regionais das Nações Unidas com sede em Santiago do Chile. Foi fundada para contribuir para o desenvolvimento económico da América Latina, coordenar as acções encaminhadas à sua promoção e reforçar as relações económicas dos países entre si e com as outras nações do mundo. https://www.cepal.org.

[6] Considerando a quantidade de escolas de pensamento e de autores e a natureza dos debates, o autor escusa-se de apresentar uma resenha sobre o debate, não conhecendo, ele próprio, parte dessas teorias. Limita-se ao que está referido na secção dois.

fria e de conflitualidade regional. A estes factores, acrescenta-se um partido constituído por uma amálgama de militantes de várias origens clânicas, étnicas, raciais, de formação académica, ideologias diferenciadas e de origens de classe diversa, mas, sobretudo, de pequeno-burgueses ou aspirantes a essa condição.

O texto continua a análise teórica e com base em evidências sobre a evolução após as reformas económicas de 1987, procurando compreender o novo modelo, as mudanças políticas e ideológicas da mesma elite, anteriormente libertadora da pátria e com narrativas de variantes marxistas, neomarxistas e maoistas, sem excluir as vertentes ideológicas do capitalismo, assim como as profundas mudanças de política, do modelo económico e das suas relações com o capital internacional e novos "parceiros"/"aliados" internacionais.

O texto possui, além da introdução, mais quatro secções. Na segunda secção faz-se um breve resumo dos contributos teóricos mais relevantes sobre o tema, considerando o objectivo e a fundamentação da hipótese reflectidos no título. A terceira secção é dedicada às condições, contexto e teorização do desenvolvimento e subdesenvolvimento em Moçambique, considerando a secção 2 deste texto. Finalmente, a secção 4, Estatísticas do Subdesenvolvimento Moçambicano, apresenta e analisa os dados económicos para fundamentar o título e objectivo do trabalho. Finalmente, na secção 5, faz-se um resumo.

2. BREVE SÍNTESE TEÓRICA

2.1 Sobre a construção do socialismo

O conceito de capitalismo periférico[7] parte da interpretação da Lei Geral da Acumulação Capitalista que refere, em síntese, que "uma massa crescente de meios de produção (factor capital), graças à produtividade do trabalho social, pode ser colocada em movimento com um dispêndio progressivamente decrescente de força humana"[8]. Isto é, a capitalização aumenta a relação entre capital e trabalho, reduzindo a demanda de trabalho, levando, assim, à diminuição dos salários reais e da apropriação da mais-valia gerada pelos trabalhadores (exploração do trabalho). Consequentemente, aumenta a pauperização dos trabalhadores, diminui a demanda de bens industrializados e, por outro lado, com a emergência da pequena burguesia, aumenta a

[7] O conceito de capitalismo periférico é usado para caracterizar os países que iniciaram a fase do capitalismo (sistema capitalista), mantendo ainda elementos do subdesenvolvimento. Em termos das categorias dos modos de produção, são realidades em transição entre o feudalismo e o capitalismo. Esta teoria marxista da evolução das sociedades é posta em causa, sobretudo quando a interpretação do processo evolutivo de Marx em cinco fases, é feita de forma mecânica e descontextualizada, por exemplo, com a teoria dos modos de produção asiáticos. Veja, por exemplo, C.E.R.M. (1974). *O modo de produção asiático*. Seara Nova. Argumenta-se que as fases, tal como descritas por Marx, não se verificaram em muitos países, sobretudo asiáticos e africanos, devido a possuírem passados e presentes distintos dos países desenvolvidos. Mosca (2002:76), afirma: "As relações entre as burocracias ´modernas´ e os poderes clânicos e étnicos, não só a nível local como nas instâncias nacionais, é também um elemento fundamental de estabilidade. ...: "foram (e são) os filhos das elites locais que estudaram (e estudam) que possuem maiores acessibilidades aos recursos e aos serviços, que ocupam os lugares privilegiados nas burocracias e, portanto, são os que detêm o poder formal. As relações de parentesco das elites misturam-se nas hierarquias "tradicional" e "moderna", e nelas se reflectem os conflitos e rivalidades das sociedades e destas com os aparelhos dos partidos, dos Estados e dos exércitos, onde emerge uma pequena e recente tecnocracia que procura profissionalizar a ´coisa pública´", Mosca, João (2002). *Encruzilhadas de África. Ênfase para os PALOP*. Lisboa, Editora Piaget. Piaget.

[8] A Lei Geral da Acumulação Capitalista pode ser vista em Marx, *O Capital*, Livro I, capítulo XXIII.

propensão ao consumo de bens de "luxo". A poupança nessas economias diminui, aumentando o subdesenvolvimento de sectores e zonas de um mesmo país (neste caso, os sectores intensivos em trabalho, como a agricultura de pequena escala). Nesta perspectiva, Trotsky desenvolve a lei do desenvolvimento desigual combinado, resultante do desenvolvimento capitalista com diferentes níveis de absorção de mais valia extraída das zonas subdesenvolvidas que, juntamente com a tecnologia, gera maior produtividade do trabalho. Nessa medida, a acumulação localizada nas zonas desenvolvidas está relacionada com a redução dos salários reais noutros espaços entre zonas e dentro de cada país.

O desenvolvimento desigual combinado de Trotsky significa que as zonas desenvolvidas e subdesenvolvidas estabelecem relações que reproduzem os estágios de desenvolvimento, estabelecendo mecanismos de dependência duradouros. Esta tese é também desenvolvida, depois dos anos 60 do século XX, pela escola de economia estruturalista da CEPAL que suporta, entre outras, a teoria do centro-periferia, cujo percursor é Raul Prebish, que defendia que a América Latina deveria industrializar-se e reter a acumulação gerada. Porém, a "teoria do subdesenvolvimento[9]" refere que a industrialização nos países subdesenvolvidos não atinge níveis tecnológicos (e, portanto, de produtividade) para tornar essas economias periféricas em desenvolvidas e não dependentes. Com o mesmo paradigma, surge o conceito de economia como um sistema capitalista mundializado – sistema mundo (mantendo as categorias de economias centrais, semiperiféricas e periféricas) e interrelacionado com base na divisão internacional do trabalho, assente no capitalismo intensivo em capital (tecnologia) ou em trabalho, e na troca desigual, onde o desenvolvimento e o subdesenvolvimento se retroalimentam e geram o círculo vicioso do desenvolvimento desigual[10] .
A teoria da troca desigual de Arghiri Emmanuel é considerada não-marxista por não se fundamentar na teoria de valor (segundo o conceito de Marx) entre as economias. Arghiri[11] baseia-se na teoria das vantagens comparativas onde, o "baixo desenvolvimento das forças produtivas e os baixos salários nos países periféricos lhes conferem uma maior produção de mais-valia e uma maior taxa de lucro. O capital move-se em direcção a essas regiões em busca dessa maior lucratividade, iniciando uma tendência mundial de equalização das taxas de lucro[12]. Para Emmanuel, um dos resultados das trocas desiguais é o rompimento da solidariedade da classe trabalhadora a nível mundial[13]. Como essa transferência de valor se opera dos países atrasados para os centrais, permite que parte dessa transferência seja apropriada pela classe trabalhadora das nações avançadas, que tenderiam a abandonar a luta em favor de uma nova forma de

[9] Gunder Frank (1971), *Sociologia de Desarrollo y Subdesarrollo de la sociologia. El Desarrollo del Subdesarrollo*. Barcelona. Editora Anagrama.
[10] Os principais teóricos desta teoria são Immanuel Wallerstein, Theotonio dos Santos, André Gunder Frank e Giovanni Arrighi.
[11] Emmanuel, A. (1976). *A troca desigual*. Lisboa: Estampa.
[12] Marx afirma que as taxas de lucro diferenciadas por sector, devido às composições orgânicas do capital, tendem a equalizar-se através da concorrência. No termos de Marx, a composição orgânica de capital é a relação entre o capital constante e o capital variável.
[13] Com base neste suposto, Arghiri Emmanuel e Charles Bettelheim (1971) escreveram o livro *Um operariado explorador?* Iniciativas Editoriais, Lisboa. Não existe, eventualmente, uma relação directa com o slogan de Marx e Engels, escrito em 1848 "proletários de todo o mundo, uni-vos!". Karl, Marx; Engels, Friedrich (2017). Manifesto Comunista. São Paulo: Boitempo. Esta frase entende-se como um chamamento a todos os operários do mundo a se unirem num processo revolucionário, pois "nada tinham a perder". Este slogan pode ser uma resposta política à evolução do capitalismo à sua fase monopolista e da expansão do capital financeiro (imperialismo). O desenvolvimento do capitalismo na fase monopolista impõe, para a sua reprodução ampliada, a exportação do capital em aliança com os poderes locais e suas elites (burguesias). Lenin, V. I. (2021). *Imperialismo, Estágio Superior do Capitalismo*. Boitempo.

organização social" (Lucas pp. 158)[14]. Este postulado pode estar em consonância com o que Emmanuel (1976, p. 122) afirma: as "diferenças salariais e perequação das taxas de lucro estão, portanto, na base das trocas desiguais".

Existe uma ampla e não-convergente literatura sobre o campesinato e o seu papel na revolução socialista, processos de libertação nacional e na evolução das sociedades. O marxismo considera o campesinato uma classe não revolucionária, sobretudo porque era detentora de meios de produção, individualista, politicamente instável, sem uma consciência de classe e, portanto, de posicionamentos circunstanciais conforme os benefícios que poderá retirar em cada momento. Por essas razões, constitui uma classe em "decomposição" no processo de industrialização capitalista e na transição entre o capitalismo e o socialismo. Existiria uma alternância de tendências entre a concentração e o parcelamento de terras e não o desaparecimento definitivo dos pequenos estabelecimentos". Assim, seria incorrecto pensar que "a pequena propriedade territorial" estivesse em vias de desaparecimento na sociedade "moderna" (capitalista), ou mesmo que pudesse ser simplesmente substituída pelos grandes estabelecimentos agrícolas" Valério, *apud* Kautsky (1980). A revolução russa previa a transformação do campesinato em cooperativistas socialistas (conhecidas por "*kolkhozs*") e em operários nas empresas estatais ("*sovkholzs*"), perseguindo severamente os *kulaks*[15] e impondo regras aos camponeses não integrados nas formas socialistas de produção.

Outros aurores, como Trotsky, Chayanov e Preobazhenky, tiveram posicionamentos diferentes em diversos aspectos. Chayanov (1974)[16] concentra-se nas racionalidades e lógicas das opções produtivas e de consumo da unidade familiar, como unidade produtiva (económica) e social, comparando os camponeses que vivem em contextos "tradicionais" com os que vivem em contextos "modernos", de modo a assegurar a reprodução da família. "O que diferencia a unidade camponesa da empresa capitalista é que, a primeira, acumula recursos de capital para garantir a reprodução da família, tendo este factor como a razão de existência; a segunda, supõe a centralidade no lucro como fundamento da racionalidade decisória de seus componentes. Diante disto, ao contrário dos empreendimentos que acumulam para maximizar lucro, a unidade camponesa acumula para tornar mais eficiente a reprodução familiar (...). Em qualquer dos casos, o agricultor, produtor ou unidade familiar tem o centro das decisões de produção na família, nas mudanças que possam vir a ocorrer e nas capacidades e necessidades da mesma[17].

O posicionamento e as opções revolucionárias de Mao Tse Tung indicam que "... embora os camponeses fossem a esmagadora maioria dos combatentes, eles não se mobilizaram como força social com maior coesão, senão a partir da iniciativa das forças ´externas´ (em relação ao meio rural), vindas dos operários revolucionários das cidades. Foram particularidades históricas que levaram os comunistas chineses a apoiarem-se nas massas camponesas, mas com os seus instrumentos próprios de organização vindos do meio urbano, sua ideologia proletária, partido, exércitos e milícias" (Chesneaux, 1976: 157-160). Ao contrário do que se tentou fazer crer após a

[14] Rodrigues, Lucas (2017). *Transferência de Valor e Desenvolvimento Desigual: uma Análise Comparada*. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

[15] Os "*kulaks*" Grandes proprietários agrícolas antes da revolução de Outubro, foram perseguidos por José Estaline, que acreditava serem eles o último bastião do capitalismo no campo". Existiu forte repressão sobre os "*kulaks*", de forma a eliminá-los enquanto agricultores privados, conhecida também como o processo de "deskulakização".

[16] Chayanov, A. (1974). La Organización de la Unidad Económica Campesina. Buenos Aires: 1974.

[17] Santos Edilene de Jesus (2011). Questão agrária e desenvolvimento rural: Reflexões sobre o campesinato no Capitalismo. Jornada Internacional de Políticas Públicas. São Luis, Maranhão. Brasil.

vitória da revolução, na China ocorrera, sim, uma revolução operária. O antigo termo "maoismo" escondia, na verdade, essa característica essencial do movimento operário chinês, ou seja, uma adaptação da luta revolucionária às condições sociais e históricas específicas do país.

2.2 Os neoclássicos

Os economistas neoclássicos[18] também defendem a tese sobre a configuração, em termos sectoriais no interior de uma economia ou zona, de economias assentes nos sectores primários onde os recursos aí existentes, sobretudo o factor trabalho, deslocam-se para a industrialização[19]. A industrialização na periferia pode acontecer em bens onde existam vantagens comparativas, suportada pelo livre comércio internacional. Neste contexto, os termos de troca são medidos pela evolução dos preços relativos entre dois ou mais bens[20]. Para Emanuel, existe uma persistente deterioração dos termos de troca dos bens exportados pelas economias periféricas sendo este um dos suportes teóricos da reprodução do subdesenvolvidos.

Hirschmann[21] não concorda com muitos autores que afirmam que o desenvolvimento exige a presença de um conjunto de factores, como recursos naturais, capital humano, empreendedorismo, organização e um "coordenador" (isto é, o Estado), negando desta forma, que o desenvolvimento esteja vinculado às relações e pelos mercados ou `existência/escassez desses recursos, contrapondo a capacidade de organização das organizações, o Estado como "coordenador" e "director" e, ainda, a vontade e determinação dos povos. Schumpeter enfatiza o papel do "empresário de sucesso" que, juntamente com outros, dão origem aos "*clusters*". A inovação técnica é outro pilar schumpeteriano que sustenta o conceito de "destruição criativa", substituindo os factores de entrave do desenvolvimento com novos arranjos, considerando, designadamente, o lançamento de novos produtos, a conquista de mercados concorrenciais (incluindo de capitais), novas matérias-primas, fontes de energia e novos serviços.

Os economistas estruturalistas procuram estudar as partes de um todo e suas inter-relações com o todo[22]. Analisam uma dada economia com base nas relações de oferta e demanda entre os sectores económicos e destes com macro-magnitudes, como a formação bruta de capital, o valor

[18] Peter Drucker é considerado a principal referência do estruturalismo económico. Na perspectiva do crescimento e desenvolvimento, são referência Solow, Lewis, Schultz, Schumpeter, cada um com enfoques diferentes, mas, tendo em comum, que as transformações correspondem às leis do mercado. Harrod-Domar, Ragnar Nurkse e Kuznets, por exemplo, acrescentam que os mercados, por si, não conduzem ao crescimento com transformação, sendo necessárias intervenções do Estado para corrigir as distorções dos mercados e assegurar a transformação segundo as opções políticas.

[19] Lewis, com a teoria do dualismo económico – dualidade estrutural, defende que, em contexto de oferta limitada de trabalho, a transferência de recursos (mão-de-obra) do sector "tradicional" para o "moderno" acontece devido às diferentes produtividades do trabalho e consequentes maiores salários na indústria. Lewis não apresenta a estrutura económica com dois sectores isolados e não dependentes entre si. Veja em Lewis, Arthur (1960). *Teoria do Desenvolvimento Económico*. Zahar.

[20] Por exemplo, qual a evolução das quantidades de um bem produzido numa economia periférica é necessária para aquisição (troca) com um outro bem de uma economia desenvolvida. Se esta relação aumenta, então o poder de compra do bem produzido na economia periférica perde "valor" em relação ao bem da economia desenvolvida. Dito de outra forma, "o índice de comércio por troca directa é calculado a partir da relação percentual entre os índices do valor unitário das exportações e os índices do valor unitário das importações", Banco Mundial (2023). Ibidem.

[21] Hirschmann, Albert O (1961). *Estratégia do desenvolvimento económico*. Rio de Janeiro. Editora Fundo de Cultura.

[22] Ferdinand Saussure, suíço, é considerado o "pai" do estruturalismo.

acrescentado através do mercado, impostos, salários, produzindo entre si efeitos multiplicadores sobre o conjunto da economia, incluindo o governo[23]. Os estruturalistas analisam também as relações com outras economias através das relações económicas externas expressas na balança de pagamentos.
Num sentido mais amplo e que está na origem da teoria, os estruturalistas analisam as relações entre instituições e no seu conjunto como um todo, criticando a concepção evolucionista (como, por exemplo, as fases de Marx ou de Rostow[24]), tendo, por isso, conexões e disparidades com o institucionalismo histórico e económico em particular. Como em todas as teorias, o estruturalismo possui muitos críticos, considerada ser uma teoria mecânica, romântica, entre outros adjectivos.

As relações económicas entre países desenvolvidos e em desenvolvimento são dominantemente estudadas pela natureza económica, política e social das relações entre países, elites e de poder, no quadro dos domínios político e militar, tanto no curto, como no longo prazo. Norman Long[25] considera que as relações internacionais não são entre países, mas, sobretudo, entre as elites dos países desenvolvidos e em desenvolvimento, que estabelecem entre si relações de interesse, secundarizando as relações e interesses dos países e das sociedades.

No que se refere às relações económicas, considera-se que os países menos desenvolvidos exportam bens primários (por exemplo, recursos naturais – minérios, petróleo e gás, *commodities* agrícolas - algodão, cacau, café, tabaco, etc., madeira, pescado, mão-de-obra- trabalho não-qualificado e qualificado, cujo termo muito utilizado é a "fuga de cérebros") para os países desenvolvidos, onde são industrializados e, posteriormente, exportados para os países de origem da matéria-prima.

Em termos estritamente funcionais e económicos, a natureza deste comércio externo para os países da periferia é justificada pelos baixos níveis de industrialização, baixa tecnologia e produtividade, pouco conhecimento técnico, escassez de infra-estruturas, um empresariado débil e desconhecedor do mercado internacional, implicando que os bens industrializados (e outros) não possuem competitividade no mercado internacional. Isto é, um modelo assente em trabalho intensivo, com pouco valor acrescentado, de baixa lucratividade, não competitivo que assegura a deterioração dos termos de troca.

Nos últimos anos acontece o extractivismo ambiental, por exemplo, através do mercado de carbono, havendo recursos financeiros (projectos de financiamento externo) para a manutenção da cobertura vegetal, especialmente da floresta e conservação da biodiversidade. Esta "troca" revela claramente uma forte desigualdade de "valor" de troca: por um lado, transfere-se o direito de poluição em contrapartida dos recursos para a conservação florestal e da biodiversidade, permitindo, por outro lado, a continuidade de modelos económicos agressivos com o ambiente

[23] A análise quantitativa, com base no designado modelo insumo-produto, ou modelo input-output, ou ainda, em referência ao seu criador, modelo de Wassily Leontief, é realizada numa matriz da economia. Para um estudo sobre a matriz, veja, por exemplo, André Fonte (20121). *Input-Output de Leontief Aplicações da álgebra linear*. Instituto Superior Técnico, Universidade de Lisboa. Para uma aplicação empírica, veja, Carreira, Adelaide, Pinto, Gonçalo, Marques, Virgínia, Mosca, João, Maçãs; João e Renato dos Santos (1999): *Cálculo Matricial III – Aplicações*. Lisboa, Instituto Piaget.
[24] Fases na teoria dos modos de produção de Marx: primitivo, escravista, feudal, capitalista, socialista e comunista. Fases de Rostow: sociedade tradicional, precondições para o arranque, arranque propriamente dito, marcha para a maturidade e a era do consumo de massa.
[25] Long, Norman (2001). *Development Sociology. Actor Perspectives*. Routledge.

e modos de vida poluentes, estrangulando o desenvolvimento das economias periféricas e mantendo os modelos económicos poluentes nas economias desenvolvidas.[26]

Os paradigmas fundamentais da teoria económica clássica e neoclássica assentam no mercado livre, não intervenção do Estado na economia, numa burocracia "leve" (medida, por exemplo, através da percentagem das despesas públicas no PIB), criador de um bom ambiente de negócios (*Doing Business*), e de um mercado competitivo numa economia aberta ao exterior. Os recursos da economia seriam alocados pelo mercado conforme a eficiência dos mesmos. A política monetária (Milton Friedman[27] é considerado o "pai" desta corrente de pensamento) é bastante discutida entre neoclássicos considerando o mercado um elemento neutro e, simultaneamente, corrector dos desequilíbrios, sobretudo através da oferta monetária. O monetarismo surgiu, nos anos 50 deste século, para contestar Keynes e suas políticas intervencionistas do pós-guerra. Para além de Friedman, existem: (1) a lei de Say que defende que a oferta (de um bem ou serviço) gera a sua própria procura; (2) a teoria quantitativa da moeda que defende que o volume de moeda em circulação faz variar o nível geral dos preços; e, (3) Keynes que defende que a moeda é uma ligação neutra entre transacções de activos e não altera as decisões económicas (moeda como neutra na economia)[28].

3. O SUBDESENVOLVIMENTO EM MOÇAMBIQUE

3.1 Breve descrição da economia imediatamente antes da independência

Para analisar o período imediatamente depois da independência, parece importante fazer uma breve caracterização da economia nesse período[29], destacando-se:

- Depois dos finais dos anos cinquenta, existiu um crescimento acelerado (média de 7%), impulsionado por: (1) crescimento da demanda e correspondente (parcial) resposta da oferta da produção agrícola de bens alimentares devido ao crescimento da população imigrada sobretudo de colonos e do exército português, assim como da indústria transformadora; (2) aumento do tráfego nos portos e caminhos-de-ferro de e para o *hinterland*; (3) mais construção civil em infra-estruturas e imobiliária em consequência da urbanização acelerada; (4) incremento rápido da integração do campesinato no mercado através do aumento da produção e criação de excedentes, o que foi incentivado pela oferta de bens de troca pela rede comercial rural em expansão.

[26] Bruna, Natacha (2022). Variações do extractivismo em Moçambique: um mundo inteligente ao clima e a emergência do extractivismo verde. Observador Rural Nº 128. OMR.

[27] Veja, por exemplo, Friedman, Milton (1956). *Studies in the Quantity Theory of Money*. Chicago: The University of Chicago Press.

[28] Para um sumo do monetarismo, veja Kremer Rodrigo L. Gentil Corazza (S/data). *Friedman e o Monetarismo - a velha teoria quantitativa da moeda e a moderna escola monetarista*. Departamento de Economia da UFRGS

[29] Para uma leitura mais alargada, veja Centro de Estudos Africanos (1985): *A Estrutura Económica no Fim do Período Colonial*. Centro de Estudos Africanos. Maputo e Mosca, João (200). *Economia de Moçambique, século XX*. Editora Piaget. Lisboa. Esta secção está baseada fundamentalmente nestas duas obras, pelo que se sugere a sua consulta para efeitos de mais detalhes.

- Equilíbrio ou tendência para o equilíbrio da balança de pagamento e do orçamento como princípios do pacto colonial[30].
- Expansão territorial da administração colonial conforme o desenvolvimento do tecido produtivo, sobretudo a rede comercial rural, e a necessidade de assegurar a presença dos aparelhos administrativos e de segurança face à expansão das independências africanas e, posteriormente, às guerras pela independência.
- Após o início da luta de libertação nacional (25 de Setembro de 1964) e sobretudo depois de meados da década de sessenta, importantes sectores de actividade entraram em crise ou paralisaram, ou retardaram as actividades, sobretudo na construção civil (por exemplo a construção da barragem de Cahora Bassa), no meio rural (rede comercial e pequena indústria): os custos de produção e de transporte elevaram-se devido a ataques nas vias de comunicação, fazendo reduzir o investimento e as actividades económicas, sobretudo nas zonas directa e indirectamente afectadas pela guerra.

Para além da situação económica, Portugal e Moçambique sofriam de um isolamento político e diplomático internacional, intrometido, mesmo que de forma parcial ou secundária, nos contextos da guerra-fria e com baixo investimento externo, também este dificultado pelo nacionalismo económico de Salazar. A consciência e resistência nacionalista alastrava-se na clandestinidade, não obstante as sucessivas aberturas de integração de moçambicanos na administração pública, nos serviços de saúde e educação e no exército, na formação escolar e técnica.

O golpe de Estado em Portugal a 25 de Abril dirigido pelos capitães de Abril, que, devido à motivação antifascista e anticolonial, acelerou o avanço das guerras de libertação nas colónias devido à desmobilização/desmotivação dos militares portugueses e, por outro lado, em consequência de uma parte importante das hierarquias militares e da sociedade portuguesa, desejarem a descolonização. A independência de Moçambique acontece a 25 de Junho de 1975, depois de negociações entre a Frelimo e o governo português, que culminou com os acordos de Lusaka a 20 de Setembro de 1974.

3.2 Breve caracterização da economia na fase final da colonização (década dos anos 60 até à independência)

A economia colonial, na sua fase final, conhecida por colonialismo tardio[31], era caracterizada sobretudo por assentar em serviços para os países vizinhos (portos e caminhos-de ferro) e trabalho migratório, este, com repercussões internas devido às remessas familiares que ficaram nas zonas de origem e com implicações sociais.

[30] O Pacto Colonial assentava em três pilares: (1) autonomia financeira, que obrigava as províncias a suportar os encargos de soberania, com uma centralização acompanhada de uma desconcentração; (2) a captação de divisas: Angola representava 50% do comércio externo das Províncias Ultramarinas e permitiu um superavit da balança de pagamentos portuguesa; (3) um comércio protegido: as grandes sociedades portuguesas, ligadas ao Estado, criavam barreiras à entrada de concorrentes não não-portugueses". HUGON, Philipp (1999): Economia de África. Lisboa, Editora Vulgata.

[31] Veja, por exemplo, Joana H. M. P. Pereira Leite (1989). *La formation de l'économie coloniale au Mozambique. Pacte colonial et industrialisation: du colonialisme portugais aux réseaux informels de sujétion marchand - 1930/1974* (Tese de Doutoramento, École de Hautes Études en Sciences Sociales.

Filipe, Eléusio Viegas (2018). Colonialismo tardio e política de povoamento: o colonato do Sábiè e a expropriação de terras dos camponeses africanos, 1956-1974. Afro-Ásia, núm. 58, pp. 155-185. Universidade Federal da Bahia.

Mosca, Joao (2007): "Salazar e a Política Económica do Estado Novo". *Lusíada. História*, Série II, Número 4, pp. 339-364.

Simultaneamente, nesse período, existiu uma rápida industrialização da economia, sobretudo nos sectores de transformação de matérias-primas localmente produzidas, materiais de construção civil, de equipamentos e insumos para a mecanização agrícola, embalagens e bebidas.

A agricultura teve um impulso na produção de bens alimentares destinado a responder ao incremento da procura provocada pela imigração da população colona e dos contingentes militares e, por outro lado, ao aumento da produção de exportação de commodities para abastecimento de alguns mercados externos, principalmente de Portugal. O trabalho nas grandes plantações restantes das companhias majestáticas deixou gradualmente de ser forçado.

Existiam claras diferenças entre diversas formas de produção e de economias (os designados sectores "moderno" e "tradicional", "sector A" e "sector B", "sector empresarial" e "sector familiar", "sector formal" e "sector informal", "sector capitalista" e "sector de subsistência", etc.), que possuíam coberturas discriminatórias (positivas e negativas) do poder político e do ordenamento jurídico, existindo entre elas funcionalidades económicas que suportavam padrões de acumulação centrados no sector externo e nas formas capitalistas de produção.

A guerra pela independência nacional provocou alterações na política económica colonial. Após 1960, introduziram-se elementos de política característicos de uma economia de guerra. Foram realizados investimentos públicos avultados com objectivos militares e policiais; passou-se de uma política monetária restritiva a expansiva, com efeitos sobre a inflação, permitindo, a curto prazo, um crescimento económico mais rápido; do nacionalismo económico passou-se à abertura para a realização de investimentos de capitais não portugueses, preferencialmente dos aliados políticos que reforçaram as relações políticas regionais com os regimes da RAS e da Rodésia do Sul e o desenvolvimento desequilibrado entre os territórios. O caso da construção de Cahora Bassa é paradigmático, ara além da natureza estratégica militar contra a entrada de guerreiros da Frelimo para o Sul do rio Zambeze.

A construção de colonatos com agricultores portugueses e também moçambicanos era uma das estratégias de produção de bens alimentares demandados pela crescente população colona, fazendo reduzir as importações e aumentar a exportação, como uma das formas de cumprir o pacto colonial, conforme Hugon (1999). Como o pacto colonial, Portugal pretendia uma maior interligação da sua economia com as colónias para a formação do espaço económico português, reforçando deste modo a presença administrativa no território e a resistência contra os movimentos de libertação. Foram elaborados sucessivos planos de fomento, cujo objectivo era o da integração das economias metropolitana com as das colónias[32].

Após 1969 aconteceu uma importante activação da economia moçambicana: o Produto Interno Bruto (PIB) era constituído da seguinte forma: agricultura 19%; indústria 23%; serviços produtivos 39%; e, serviços não produtivos 19%. O estudo de Pereira de Moura e de Amaral (s/d)[33] estima valores percentuais sectoriais aproximados. As exportações destinavam-se principalmente para Portugal (perto de 60% em 1969, assim como 30% das importações). A África do Sul era o

[32] No caso de Moçambique, existiram 4 planos de fomento. O último teve uma implementação limitada devido à independência. Estes planos tinham sobretudo dois grandes objectivos: (1) programar a intervenção do Estado e os investimentos públicos na criação de infra-estruturas para promover o desenvolvimento económico; (2) planear e integrar as economias das colónias no sistema capitalista português com uma clara divisão espacial do trabalho. Por exemplo, existiam culturas não permitidas em Moçambique e Angola e algumas eram possíveis em Angola e não em Moçambique e vice-versa.

[33] Relatório Geral Preparatório do IV Plano de Fomento, 1973.

segundo maior parceiro com respectivamente 11% e 15%. O caju, algodão, açúcar, copra e chá, eram os produtos mais exportados e os alimentos, têxteis equipamentos e metais, num total de 70%do valor, eram os principais bens importados. A economia moçambicana atravessava uma fase de início de transição para a industrialização e de terciarização.

Em resumo, pode-se afirmar que a economia moçambicana a partir de década dos anos sessenta teve um crescimento rápido com a construção de infra-estruturas produtivas e de defesa e segurança, crescimento imobiliária em consequência da imigração colonial, de integração no espaço político e económico português para alimentação da industrialização portuguesa e reforço das alianças políticas regionais, estando estes objectivos integrados no pacto colonial e na redução do nacionalismo económico de Salazar. Estava em processo a transformação da estrutura económica para uma economia assente na indústria e nos serviços. A transformação económica assentava também numa transformação do sector agrário com a emergência de uma agricultura empresarial em colonatos e grandes explorações, havendo ainda a interacção de moçambicanos em alguns colonatos, embora em condições menos favoráveis[34].

3.3 Período da "experiência socialista"

Não se pode considerar que haja estudos sobre Moçambique que procurem interpretar a natureza do desenvolvimento, como fenómeno político e social e suas relações com o exterior, à luz das teorias marxistas, neomarxistas e das variantes de esquerda. Não é também ambição do autor deste texto.

Com a independência, Moçambique optou, ao nível de documentos e discursos oficiais, por uma via de desenvolvimento socialista que preconizava: a planificação centralizada em substituição do mercado com a constituição de empresas estatais em todas as actividades económicas e sociais, e cooperativas de produção agrícola e de consumo (neste caso de cooperativas de consumo, sobretudo nas cidades), numa base de posse dos meios de produção pelo Estado e colectivização do usufruto da terra e dos meios de produção nas cooperativas, bem como a estatização do comércio externo e de grande parte do comércio interno, e a distribuição pelo Estado de recursos (crédito, recursos materiais e humanos), o que originou a "secagem" do mercado[35], dificultando

[34] Os moçambicanos indígenas possuíam oportunidades desiguais em relação aos portugueses e assimilados: a média das parcelas dos primeiros era de 8,5 hectares e dos segundos de 5,9 hectares de regadio; a instalação de cada família portuguesa custava 154 contos enquanto que os moçambicanos não possuíam qualquer subsídio; a assistência técnica aos portugueses e assimilados custou cerca de 26,4 contos por família enquanto a mesma rubrica para os indígenas não ultrapassava 2,2 contos por família (8%), MORAIS, António Trigo de (1960): *Irrigação e Colonização do Limpopo. Apontamento.* Conselho Superior de Fomento Ultramarino.
Hermele (1986:7), acrescenta os seguintes aspectos: dos 197 tractores adquiridos entre 1961 e 1973, apenas 12% pertenciam a moçambicanos; havia discriminação de raças nas aldeias com predominância de colonos portugueses ou moçambicanos e o mesmo em cada aldeia, no tipo de casas que lhes era proporcionado habitar. Por exemplo, apenas três das catorze aldeias do colonato tinham 88% dos agricultores moçambicanos. Hermele, Kennnet (1986): "Lutas contemporâneas pela posse de terra no vale do Limpopo. Estudo do caso do Chokwè, Moçambique, 1950-1985". *Estudos Moçambicanos*, n.º 5/6. Centro de Estudos Africanos. UEM.

[35] No sentido de não existirem, no mercado, bens e recursos para uma empresa ou cidadão acederem sem ser por intermédio ou estar previsto no plano. A quase totalidade do sector privado remanescente das privatizações não tinham os seus planos de produção e investimento contemplados no PEC (Plano Estatal Central), o que impedia a sua reprodução.

a continuidade do sector privado[36]. Esta opção implicou uma concentração dos recursos e eventual acumulação no Estado[37], fazendo com que as elites governativas se fossem transformando em beneficiárias através do sistema de distribuição, em consequência de privilégios e benesses e não pela apropriação de valor, materializados pela via financeira e de acesso a recursos; entretanto, com a evolução da crise económica (veja mais adiante), os principais afectados foram os grupos sociais mais pobres.

Como estratégia para a agricultura, a Frelimo preconizava a agricultura como base de desenvolvimento, a indústria ligeira como factor dinamizador e a indústria pesada como meio para se alcançar a independência económica[38]. Neste postulado, parece haver o objectivo da formação do capital estatal e de investimentos públicos para um desenvolvimento com benefícios socialmente concentrados nas empresas estatais e na indústria pesada. Os camponeses foram marginalizados e apenas considerados quando integrados nos processos de proletarização e cooperativização. Houve muita mobilização de recursos para a formação de aldeias comunais, as "cidades no campo"[39], base onde habitariam os cooperativistas e operários das empresas estatais. Estava implícita a integração dos camponeses nestas duas formas de produção e, tal como na URSS, o desaparecimento ("desintegração") do campesinato como classe social não revolucionária e propensa a criar pequeno-burgueses.

A política monetária era assente na oferta monetária decidida pelo Banco Central e executada principalmente pelo Banco de Moçambique e pelo Banco Popular de Desenvolvimento (BPD), conforme as necessidades de moeda para as trocas planificadas no Plano Estatal Central, para suportar o funcionamento do Estado e empresas estatais, e no controle da taxa de câmbio (subvalorização) e da inflação, como forma de assegurar o baixo custo de vida bem como os salários. Tanto o Estado, como os sectores produtivos "socialistas", possuíam orçamentos "leves", isto é, com ou com poucas restrições e os objectivos de maximização do lucro/rentabilidade não constituíam uma preocupação principal de gestão empresarial e dos objectivos do plano. As empresas tornaram-se deficitárias e o Estado acumulou dívidas não pagas ao sistema bancário.

A cooperação como principal promotor/motor de ignição, sobretudo dos países socialistas, no que se pretendeu serem processos de libertação dos povos da África Austral, podendo-se enquadrar no conceito de "imperialismo", considerando o poder económico da África do Sul e os recursos naturais da região. Alguns países cooperantes proferiam discursos de "cooperação internacionalista".

O resumo acima pode manifestar posicionamentos e opções políticas e económicas radicalizadas e descontextualizadas e teoricamente discutíveis, como revela a primeira secção deste texto, considerando-se, segundo os evolucionistas, que as economias menos desenvolvidas não possuíam um desenvolvimento das forças produtivas (do modo de produção capitalista), bem

[36] Mosca (2005). Mosca, João (2005). Ibid, e Frelimo (1977). *Directivas Económicas e Sociais*. Em Documentos do 3º Congresso da Frelimo.

[37] Em consequência da crise depois de inícios dos anos setenta, grande parte das empresas estatais acumulou dívidas, baixou de produção, agravou-se o sub-emprego e registaram-se défices nas balanças macroeconómicas. Mosca (2005), Ibidem.

[38] "A indústria é o factor dinamizador do nosso desenvolvimento, sendo a indústria pesada decisiva para a conquista da independência económica". Frelimo (1977). Ibidem.

[39] Na China existiram as comunas, na Tanzânia as ujamaas e na URSS eram os kolkholzs. O discurso em Moçambique justificava as aldeias comunais como uma forma de facilitar o acesso aos serviços (saúde, educação, água, energia, etc.), por parte das populações do meio rural.

como a natureza da sua integração no mercado internacional, e não havia uma classe operária com consciência de classe "em si" e "para si"[40], o que não permitiria a passagem de um capitalismo dependente ("tardio") para o socialismo[41]. Por outro lado, acreditava-se que os camponeses seriam uma base de apoio da "revolução popular" transformando-os, como na ex-URSS, em operários nas cooperativas e nas empresas estatais. A suposição do papel do campesinato numa revolução advinha, no caso de Moçambique, do papel da população rural na luta de libertação nacional, cuja natureza não é a luta de classes[42] mas o desejo de uma independência em relação ao colonialismo e seus modos de actuação seculares.

No III Congresso (Fevereiro de 1977), a liderança da Frelimo transformou a organização de movimento de libertação em partido político marxista-leninista. Na verdade, as suas lideranças eram, na quase totalidade, oriundas de uma aristocracia das sociedades "tradicionais" (chefes de clãs, de grupos étnicos, etc.) em que eles e/ou seus filhos se assimilaram ou ainda elites escolarizadas sobretudo nas missões da igreja católica[43]; destes, alguns tiveram formação superior no exterior, onde militaram (ou foram simpatizantes) em partidos políticos de natureza protonacionalistas ou nas suas organizações juvenis, assim como nas associações académicas. Estes grupos desempenharam funções subalternas na administração colonial e, mais tarde, no fim do período colonial, no exército português e em cargos intermédios da administração. Outros tiveram maior acesso a pequenos negócios e a serviços. As lideranças da libertação nacional assumiram o poder no partido, tendo passado a exercer cargos directivos em empresas estatais. Surgindo um novo grupo, os filhos de colonos, maioritariamente brancos e de origem asiática que, pela formação política de esquerda foram "utilizados" pelo regime. "As relações de parentesco das elites misturam-se nas hierarquias étnicas ´tradicional e "moderna", e nelas reflectem-se os conflitos e rivalidades das sociedades e destas com os aparelhos dos partidos, dos Estados e dos exércitos", Mosca (2002: 76)[44]. Pode-se observar que o poder da Frelimo, antes e depois da independência, era composto por diversos grupos clânicos, étnicos e raciais e,

[40] A diferença entre "classe em si" e a "classe para si" está na tomada de consciência acerca das contradições do capitalismo e a possibilidade de existência de processos revolucionários da classe trabalhadora. Além destes aspectos de natureza política e de organização do proletariado, os empregados na indústria transformadora eram de cerca de 126 mil, representando menos de 1,5% da população. Mosca, João (2005). Ibidem.

[41] Este posicionamento não é convergente com casos como China e Cuba, embora, noutros casos, por circunstâncias diversas, foram "experiências socialistas" de curta duração e sem êxito (Angola, Etiópia, Moçambique, Nicarágua, Tanzânia, etc.). Os discursos revolucionários, como os da Frelimo, eram considerados, sobretudo pelo bloco socialista da Europa, como países de "orientação socialista", em consonância com o descrito acima, embora fossem considerados seus aliados, recebendo apoio diverso destes. Moçambique recebeu apoio militar e em projectos de desenvolvimento nas áreas da agricultura, mineração, pescas, entre outros e, em contrapartida, as relações com os países capitalistas sofreram rupturas motivadas por opções políticas e conflitualidades militares provocadas por ambas as partes.

[42] Os camponeses foram a base social de apoio aos guerrilheiros da luta de libertação nacional, transportavam material e mantimentos para os soldados, faziam vigias em postos avançados, do seu seio saíram os militares da Frente de Libertação Nacional e até produziam um certo número de dias por semana na "machamba da Frelimo", cuja produção era para alimentar os guerrilheiros.

[43] As missões da igreja católica eram constituídas pela igreja, escolas de ensino primário (designadas de elementares), seminários para a formação de padres, campos agrícolas onde os alunos e seminaristas trabalhavam, centros de saúde entre outras infra-estruturas para a prestação de serviços às populações locais. Existiam missões em vários pontos do território, geralmente acompanhando as principais acções de penetração da administração colonial e da actividade económica.

[44] Obra citada.

dominantemente, oriundos da aristocracia das sociedades locais e de uma pequena burguesia emergente.

O discurso marxista (ditadura do proletariado, Estado de operários e camponeses, industrialização pesada, etc.) com elementos maoistas (poder popular, organização das massas, aldeias comunais, papel dos camponeses na revolução, estratégias da guerra de guerrilha, etc.), surgiu na narrativa da Frelimo que reflectia opções de grupos minoritários da elite.

As condições objectivas para uma "revolução socialista", na concepção marxista, não existiam, como, porque, por exemplo: havia um "partido de vanguarda" composto por membros de uma miscelânea de origens sociais e unidos, transitoriamente, pela causa da libertação nacional; uma implementação radicalizada e descontextualizada da teoria marxista; um país sem uma classe operária em número e com consciência de classe, e um campesinato instrumentalizado, durante a libertação nacional, esquecido e traído depois da independência[45]; uma indústria incipiente e de tecnologia intensiva em trabalho com salários baixos; uma economia com pouca produtividade, competitividade e com termos de troca desfavoráveis no mercado externo; e, uma estrutura produtiva típica das economias subdesenvolvidas. Aos aspectos referidos, de inexistência de condições para uma opção e desenvolvimento socialista radicalizada em termos de discurso e de algumas práticas, foram acrescentados os gerados por uma guerra, inicialmente de desestabilização no contexto das conflitualidades políticas regionais que se transformou em guerra civil, a queda do muro de Berlim e eventos climáticos extremos que, no seu conjunto, inviabilizaram os objectivos das narrativas, genuínas ou não. Este conjunto de factores implicou a não-continuidade da "experiência socialista".[46]

3.4 As reformas económicas

A crise económica implicou a mudança das opções de um socialismo ilusório para uma liberalização da economia (privatização do sector estatal, fim das cooperativas, economia de mercado e fim do planeamento central e dos discursos marxizantes). Moçambique iniciou, em 1987, um Programa de Ajustamento Estrutural *à lá* IBW[47]. A guerra civil terminou em 1992. Seguiu-se um período de retorno dos deslocados e refugiados de guerra, a reconstrução de infra-estruturas destruídas, o relançamento da economia, sobretudo da agricultura e dos transportes e

[45] Veja Mosca, João (2022). *Camponês esquecido e traído*. Destaque Rural Nº 191. OMR. Neste texto pode-se ler: "Os camponeses foram a base social de apoio aos guerrilheiros da luta de libertação nacional, transportavam material e mantimentos para os soldados, faziam vigias em postos avançados, do seu seio saíram os militares da Frelimo e dedicavam um certo número de dias por semana na ´machamba da Frelimo´, cuja produção era para alimentar os guerrilheiros". (…) "É sobretudo depois da liberalização económica em 1987, que os camponeses foram plenamente esquecidos e traídos. As políticas públicas após a independência, e sobretudo a partir da primeira década deste século, secundarizaram, de forma cada vez mais aprofundada, os pequenos produtores e os habitantes do meio rural, prevalecendo, em contrapartida, políticas de "*urban bias*". Estes aspectos podem ser confirmados pela dotação orçamental para os níveis provinciais e distritais, com o baixo investimento público e privado para a agricultura, como proporção do investimento total, o decrescente crédito ao sector agrário, a permanência muito baixa da produtividade de bens alimentares por hectare, com reflexo no sistemático défice da balança comercial agrícola e alimentar, o aumento do número de pobres e das desigualdades sociais, a emigração para os centros urbanos, onde cresce a economia informal e de biscastes e a marginalidade, as tendências de longo prazo para a desertificação humana de vastas zonas do país" Mosca, João (2022). Ibidem.

[46] Mosca, João (1999). *A experiência "socialista" moçambicana (1975-1986).* Lisboa: Editora Instituto Piaget.

[47] Instituições de Bretton Woods (Fundo Monetário Internacional – FMI, e Banco Mundial - BM)

construção civil. É a partir de finais do século que se inicia o investimento e a reactivação da economia.

Os elementos estruturais, apresentados na secção a seguir, foram configurados desde o século XIX[48]. Ao contrário do que afirmam alguns analistas, o período "socialista" não transformou as características principais herdadas com a independência. O "socialismo" estatizou a propriedade de grande parte do sector "moderno" e o plano introduziu uma profunda crise: desarticulou as economias de pequena escala, devido às rupturas criadas nas funcionalidades com o conjunto da economia retirando-lhe capacidade de reprodução, facilitou a emergência de uma economia informal, cada vez mais alargada e, como resultado da crise e da guerra, desenvolveu distorções macroeconómicas importantes no sector externo e fiscal, na inflação e no endividamento (interno e externo). As mudanças de parceiros internacionais mantiveram ou aprofundaram a natureza das relações externas. O Estado aumentou a intervenção na economia através de várias formas, mas com objectivos distintos dos existentes no período colonial e durante a "experiência socialista". A agricultura foi sistematicamente secundarizada e os camponeses esquecidos e traídos. Iniciou-se um processo de desindustrialização[49] e a emergência dos sectores de serviços (Estado, transportes, comunicações, hotelaria, restauração, banca, seguros, etc.).

O Estado manteve-se importante na economia, embora assumindo algumas funções de natureza diferente, seja em relação ao período "socialista", seja em relação a alguns aspectos do Estado colonial. Os desequilíbrios macroeconómicos persistiram.

Além da inexistência das condições internas e dos contextos regionais e internacionais favoráveis para um processo de socialização, acrescenta-se, em termos económicos.

O que sempre persistiu nas políticas económicas e que constituem as continuidades históricas de longa duração, foram os aspectos seguintes:

- Os mecanismos de transferência de recursos (trabalho e lucros- capital) do campo para a cidade e do sector "tradicional" (agricultura de pequena escala – camponeses) para o "moderno" e do país para o exterior[50].
- A estrutura produtiva e a tecnologia assente na mão-de-obra barata e numa agricultura de pequena escala, de subsistência e pouco integrada nos mercados.
- Os processos de concentração da riqueza social e espacial mantiveram-se semelhantes: as actividades económicas extractivistas (carvão, minerais, madeira e pescas antes da

[48] Leite, Joana Pereira (1989): *A Guerra do Caju e as Relações Moçambique-Índia na Época Pós-Colonial*. Documento de Trabalho n.º 57, CEsA, Centro de Estudos sobre África e do Desenvolvimento. Lisboa, UTL, ISEG, faz uma análise ao comércio do caju e as intervenções do Banco Mundial para a exportação do bem primário e não transformado, sendo, na altura, a indústria do caju a que mais emprego tinha (cerca de 12 mil trabalhadores) e cuja repercussão sobre as exportações e rendimentos dos camponeses foram graves. Nesse texto, Leite refere-se à histórica relação com a Índia no circuito do caju.
Leite, Joana Pereira (2000): "*A Formação da Economia Colonial em Moçambique. Pacto Colonial e Industrialização: Do Colonialismo Português às Redes Informais de Submissão Mercantil, 1930-74*". Em Estudos de Desenvolvimento. África em Transição. UTL, ISEG, CEsA. TRINOVA, pp. 39-51.
Veja também Mosca (2005), obra citada, que apresenta a evolução da economia moçambicana sobretudo depois da Conferência de Berlim e das companhias majestáticas.
[49] Nova, Yara e Mosa, João (2022). *Transformação estrutural da economia (1991-2020): Três décadas a marcar o passo*. Destaque Rural Nº 154. OMR.
[50] Teoria de Arthur Lewis, sobre a economia dual.

independência e os mesmos produtos mais o gás e areias pesadas depois da independência); a industrialização (primeiro a indústria de substituição de importações depois da década dos anos sessenta e até à independência; e, depois, da indústria transformadora – MOZAL, de bebidas, e *commodities* agrícolas– açúcar, algodão, caju, tabaco, feijão bóer).

- As políticas de *urban bias*, com ligeiras matizações quanto aos instrumentos utilizados, privilegiando os centros de poder e da administração pública e a pequena burguesia/elites do poder existente e emergente que vive nas cidades e, por outro lado, como instrumento de defesa e prevenção contra manifestações populares em consequência dos aumentos do custo de vida.
- A dependência do exterior (primeiro, principalmente de Portugal, da África do Sul e de alguns países ocidentais); depois da independência, fundamentalmente com os países socialistas; e, finalmente, após finais da década de oitenta do século XX, se assistir à predominância de países ocidentais, da África do Sul e de Portugal com perda de peso deste último país nas relações externas); já nos princípios do presente século, ressurgem, numa perspectiva de longa duração, parceiros como a China, Índia e Japão, e, mais recentemente, de países árabes.
- A natureza do comércio externo manteve-se: exportação de bens primários e importação de equipamentos e combustíveis, o que implicou a continuidade da deterioração dos termos de troca das relações comerciais externas.

A entrada do capital multinacional em Moçambique acontece com grande intensidade a partir de finais da primeira década do presente século nos sectores indústria extractiva, commodities agrícolas e alguma indústria transformadora. A literatura existente aponta, como principais aspectos críticos, os seguintes[51]:

- Investimento intensivo em capital, pouco gerador de emprego, com práticas de baixos salários, poucas relações com o tecido económico local e, portanto, não criador de "clusters" ou polos de desenvolvimento.
- Produção quase totalmente exportada em bruto ou com uma primeira transformação para permitir a exportação e, portanto, com pouco valor acrescentado no país, reinvestimento local baixo, declaração de lucros baixos ou prejuízos altos, e consequente reflexo nos impostos a pagar, além dos benefícios fiscais concedidos pelo governo.
- Investimento espacialmente localizado com desequilíbrios territoriais de desenvolvimento, movimentos imigratórios na expectativa de emprego, pequenos negócios e outras ocupações não totalmente concretizada, provocando marginalidade e outros fenómenos sociais na população nas periferias dos assentamentos urbanos pré-existentes. Surgiram também os reassentamentos das populações cujas áreas de habitação e trabalho foram ocupadas, principalmente pela exploração mineira.
- Sobrecarga de infra-estruturas (intensidade do tráfico e peso), sobretudo nas vias de comunicação (estradas, pontes).
- Efeitos ambientais (ar, água e solos) e na saúde pública (sobretudo doenças respiratórias) negativos em perímetros alargados em redor dos centros de extracção.
- Exploração de mão de obra com trabalho em condições sub-humanas.
- Desenvolvimento de extracção ilegal, alimentando o tráfico de ouro e de pedras preciosas, e envolvendo migrações ilegais.

[51] O Observatório do Meio rural (OMR), o Centro de Integridade Pública (CIP) e o Instituto de Estudos Sociais e Económicos (IESE) realizaram vários estudos sobre os assuntos abaixo sintetizados.

Como aspectos positivos resultantes da entrada das multinacionais são apontados os seguintes:

- Contributo para as exportações, cujo valor, depois de deduzidos os valores das importações relacionadas, resultam numa balança comercial e de capitais positiva mas menos significativa.
- Desenvolvimento de sectores locais, principalmente os de serviços (caminhos-de-ferro, portos, transporte rodoviário de carga e passageiros, hotelaria e restauração).
- Formação de técnicos, sempre e quando os custos de formação sejam inferiores à importação de expatriados e aconteçam em tempo de recuperação do investimento na formação. Estas acções acontecem, sobretudo, em qualificações em trabalho especializado de base, como operadores de máquinas, pessoal para a assistência técnica e de construção civil, entre outros.
- Realização de diversas actividades denominadas de responsabilidade social que competem ao Estado, transformando-as em acções de propaganda junto das populações. As multinacionais devem pagar impostos e estes utilizados pelo Estado para benefício das pessoas nas zonas abrangida pela acção das multinacionais.

A politica monetária no período pós reformas de ajustamento estrutural, e sobretudo aquando da entrada massiva do capital externo, era estabelecida de forma a assegurar o controle da inflação, usando os seguintes instrumentos: (1) taxas de juro elevadas para dificultar o crédito (procura interna de moeda); (2) taxas de câmbio sobrevalorizadas para reduzir os efeitos da inflação importada sobre os preços internos (em sacrifício das exportações); (3) reservas obrigatórias cautelosas do banco central para reduzir a capacidade de créditos dos bancos comerciais; e, (4) reservas internacionais elevadas dados os riscos da economia. Esta política monetária foi mais acentuada em alguns períodos de crise, como foi o caso da COVID-19. Em resumo, a política monetária de moçambique é excessivamente cautelosa, de secagem do mercado monetário. Nas fases de agravamento de crises económicas, a política monetária tem sido ainda mais recessiva, dificultando a reacção do tecido produtivo, a criação de emprego e a redução dos sacrifícios sociais, sobretudo dos mais pobres.

Os "negócios" das multinacionais são, em muitos casos, relacionados com situações de corrupção a diferentes níveis, não-transparência e benefícios excepcionais diversos. O Estado e os negócios estão plenos de situações comprovadas de corrupção, tornada endémica, que constitui um elemento importante para a fragilização do poder executivo, partidarização da administração pública e do sistema judiciário, o que se reflecte, por exemplo: (1) na fraca capacidade de auditoria e de fiscalização tributária; (2) na fuga e branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo[52]; (3) no combate ao crime de raptos com elementos das policias envolvidos [53]; (4) no controle e actuação policial e judicial sobre os canais de tráfico de ouro e pedras preciosas,

[52] Em conferência subordinada ao tema "O Branqueamento de Capitais e a Desdolarização da Economia", o Índice de Basileia, recentemente publicado, indica que, de um total de 125 países avaliados, Moçambique ocupa o primeiro lugar como o país de maior risco de branqueamento de capitais e financiamento ao terrorismo. Dados do Gabinete Central de Prevenção e Combate à Droga indicam que, de 2012 a 2016, foram apreendidas pouco mais de 27 toneladas de "cannabis sativa", vulgo soruma, seis toneladas de haxixe, mais de 1 tonelada de efedrina, 553 kg de heroína e perto de 100 kg". Em https://www.voaportugues.com/a/mo%C3%A7ambique-%C3%A9-um-grande-corredor-de-hero%C3%ADna/5077453.html.

[53] Existem vários casos publicados de apreensões e processos de averiguação sobre gangs de tráfico de droga envolvendo elementos da polícia de Moçambique (PRM) e do SERNIC (Serviço Nacional de Investigação Criminal).

madeira, marfim e presas de rinocerontes, pescado, seres humanos, entre outros; (5) em legislações pouco eficazes para determinados crimes, seja como prevenção, seja como de fiscalização e julgamento; (6) em participações nas estruturas societárias de empresas e comissões pagas a decisores políticos e económicos, como pagamento de favores, pela facilitação dos procedimentos administrativos, protecção e cobertura política.

Estes processos de mudanças, políticas, económicas e institucionais, quase que opostas (antídotos) realizaram-se, no essencial, com as mesmas elites e pessoas das classes "dirigentes". Os que se diziam contra o capitalismo e discursavam a favor da socialização, são hoje os principais beneficiários das privatizações e possuem interesses em múltiplas empresas nacionais e internacionais (o capitalismo internacional, na sua forma imperialista).

A Frelimo, que se afirmava contra a opressão, foi, ela própria, que organizou os campos de reeducação[54] (similares à deportação e trabalho forçado no tempo colonial), aprovou a lei da chicotada (similar à palmatória colonial). O Estado estava, no período depois da independência, presente em todos os sectores de actividade resultante da planificação central e da estatização da economia, e preconizou-se a "criação do aparelho de Estado que materialize o poder da aliança operário-camponesa como condição básica para a realização da nossa política económica e social[55]". Este Estado transformou-se numa plataforma de distribuição hierarquizada de recursos e de negócios pelas elites, aos diversos níveis, contribuindo para um mercado selvagem e desregulado[56], por um lado, mas interventivo nos sectores de suporte e financiamento indirecto da Frelimo no poder e das instituições públicas, mantendo, para o efeito, um grande número de empresas, designadas de "estruturantes da economia" com elevados prejuízos, protegidas pelo Estado e pela Frelimo[57].

No essencial, as políticas económicas sempre procuraram integrar Moçambique no quadro de lógicas e objectivos cujo centro dos interesses se localiza no exterior e onde as variáveis exógenas tiveram, e têm, uma grande influência no comportamento da economia e dos agentes económicos. Internamente, os sectores tradicionais foram submetidos à influência de variáveis que não dominavam e que, devido às crises e conflitos persistentes, estiveram sujeitos a oscilações e instabilidades produtivas e sociais que conduziram à pobreza absoluta de uma elevada percentagem da população[58].

---

[54] Nos processos moçambicano, soviético e chinês, tomados com maior referência neste texto, existiram decisões e medidas de extrema violência, como nos campos de reeducação em Moçambique, similares às deportações para a Sibéria dos *kulaks* e de camponeses e nas comunas chinesas.

[55] Frelimo (1977). Obra citada.

[56] Mosca, João, Abbas, Máriam e Bruna, Natacha (2013): *Economia de Moçambique 2001-2010: um "mix" de populismo económico e mercado selvagem*. Escolar Editora. Maputo.

[57] O exemplo da LAM é paradigmático.

[58] O número total de pobres em 2015 é similar ao existente em 1997; cerca de 12 milhões de habitantes, (Ministério da Economia e Finanças 2016. *Pobreza e bem-estar em Moçambique: Quarta avaliação nacional*. Direcção Nacional de Estudos Económicos. Governo de Moçambique; Ministry of Planning and Development (2010). *Poverty and Wellbeing in Mozambique: Third National Poverty Assessment*. Governo de Moçambique. Ministry of Planning and Finance (2004), Ibidem e Ministry of Planning and Finance (1998). *Understanding Poverty and Well-being in Mozambique: The First National Assessment, 1996–97*. Governo de Moçambique. Porém, segundo o mesmo critério utilizado em Moçambique, a proporção de pobres nesse período passou de cerca de 69,7%, em 1997, para cerca de 46%, em 2014 (Ministério da Economia e Finanças 2016, Ibidem. Ministry of Planning and Finance (1998) Ibidem. A pobreza, considerando o limiar da pobreza de 1,9 dólares por dia, utilizado pelo Banco Mundial, entre 1996 e 2014, apresentou a menor percentagem em 2014 (64,7%). A percentagem média da pobreza nesse período foi de 73,8% com um mínimo de 64,7%

As estratégias económicas foram sempre de curto prazo, implantadas com a importação mecanicista de modelos desajustados às realidades sociais (no período socialista e depois da implementação do Programa de Ajustamento Estrutural – PAE), às lógicas e mecanismos de reprodução das economias locais e dos valores culturais dos povos. As burocracias e as instituições sempre foram débeis e debilitadas; e desempenharam funções económicas em defesa de classes sociais que constituíam elites em fase de acumulação inicial, utilizando, por isso, formas de acumulação suportadas por regimes autoritários. A economia esteve desligada da construção de um Estado-Nação[59] em redor de elementos de identidade que reunissem o consenso nacional e mobilizassem o conjunto das forças políticas, económicas e sociais, em redor de objectivos estratégicos nacionais. Muitas actuações do regime caracterizam-se como as de um Estado autoritário e repressivo, sem respeito pelos direitos fundamentais dos cidadãos.

Em resumo, o Estado pretendido de operários e camponeses transformou-se, pelas suas próprias elites, num Aparelho de Estado fragilizado[60], dominado por diferentes personalidades das mais diversas origens de classe e etnia, com interesses económicos, num forte aliado do capital multinacional e com soberania alienada pelas pressões e condicionalidades de organizações internacionais e de alguns países cooperantes, com um aparelho repressivo em defesa do capital, incapaz de promover um desenvolvimento que reduza o número de pobres, que seja sustentado, estável, equilibrado social e espacialmente, que proteja os direitos dos trabalhadores e dos camponeses,

Além da inexistência das condições objectivas para a transformação socialista (seja, na concepção marxista, seja nas abordagens trotskistas ou maoistas aqui referenciadas) e da radicalização do processo moçambicano, influenciada por contextos desfavoráveis, as mudanças nas opções e posicionamentos políticos e económicos permitiram a continuidade de longa duração da transformação da economia para um sistema capitalista periférico com aprofundamento da natureza dependente e subdesenvolvida.

e um máximo de 82% por cento em 1996, (Banco Mundial, 2023) Ibidem. A percentagem da pobreza, quando considerado o limiar da pobreza de 3,2 dólares por dia, entre 2002 e 2014, apresentou uma tendência decrescente, verificando-se a menor em 2014 (82,4%) e a maior em 2002 (92,2%), (World Bank 2023). Ibidem.

[59] Bangura (1992) Yssuf (1992): "Authoritarian Rule and Democracy in Africa. A Theoretical Discourse". Authoritarianism, Democracy and Adjustment. The Politics of Economic Reforms in Africa. Peter Gibbon, Yssuf, Bangura and Arve Ofstad. Uppsala, The Scandinavian Institute of African Studies, refere a importância dos serviços públicos fornecidos pelo Estado como elementos de coesão e estabilidade nacional. As necessidades são imensas e as capacidades de o Estado prestar os serviços estão limitadas pelas restrições orçamentais e capacidade de geração de receitas públicas e pelas políticas fiscais restritivas, agravadas pelos programas de ajustamento estrutural, e pouco transparentes.

[60] O Estado foi fragilizado para o exercício das suas funções económicas e de fiscalização como, por exemplo, na fiscalidade, tornar eficiente o sector empresarial da economia, na adopção e implementação de legislação contra a fuga de capitais, no combate à corrupção, na manutenção de infra-estruturas públicas, na qualificação da saúde e da educação, no planeamento territorial e urbanístico, em particular, nas acções de diplomacia económica do "tô pidir", entre outras funções. Inversamente, é eficaz na repressão ou proibição de manifestações, no assassinato de pessoas politicamente incómodas, não defende plenamente os direitos humanos, etc. Em síntese, é eficaz na defesa dos interesses económicos das elites, políticas e económicas, aliadas, é muito eficaz na defesa do poder em situações de paz, e é incompetente na luta contra o terrorismo e situações de conflitualidade armada.

4. ESTATÍSTICAS DO SUBDESENVOLVIMENTO MOÇAMBICANO

O período considerado para este trabalho foi o de entre 1992 e a informação disponível mais recente, geralmente 2020. Considerou-se 1992 pelo facto de ser esse o ano do fim da guerra civil, através do Acordo Geral de Paz, assinado no dia 4 de Outubro. A partir de então, começou o que se pode considerar uma nova fase do desenvolvimento, com o regresso dos deslocados e refugiados de guerra, a recuperação de infra-estruturas e o início do investimento externo (sobretudo no final do século). A guerra de 16 anos fez mergulhar o país numa profunda crise económica de que resultou o imperativo de assinaturas de acordos com as instituições de Bretton Woods e a implementação de um Programa de Ajustamento Estrutural a partir de princípios de 1987, e, anteriormente com a África do Sul, o acordo de N´Komati (1984), que previa um pacto de não agressão e a retirada de apoio de Maputo ao Congresso Nacional Africano (ANC). As estatísticas anteriores possuem bastantes lacunas de informação e, por outro lado, o período de quase trinta anos é suficiente para análises descritivas de tendências da economia.

4.1 Produto Interno Bruto

Os indicadores seleccionados estão relacionados com as três primeiras secções e pretendem caracterizar a economia moçambicana como subdesenvolvida. As estatísticas consideradas cobrem o período entre 1992 e, na maioria dos casos 2019, 2020 ou 2021, conforme a disponibilidade dos mesmos. Este período coincide com o fim da guerra civil pois, antes, a economia atravessou um longo período de crise e económica, política e social que não deve servir de comparação. Depois da independência (1975) o país atravessou um período de crise persistente, devido a vários factores que se sintetizam assim: (1) desadaptação e incoerência na aplicação do modelo "socialista"; (2) colapso das economias socialistas da Europa com quem Moçambique possuía grande parte da cooperação e do investimento externo e apoio político e diplomático; início da guerra civil que aprofundou a crise pós-independência, que se reflectiu em mais d e1 milhão de deslocados e refugiados, queda generalizada da produção e insustentabilidade das empresas, destruição de infra-estruturas, inflação muito elevada (acima de 40%), agravamento da dívida externa, défice público e externos, entre outros aspectos e indicadores. Em consequência destes e de outros aspectos os indicadores desse período não são comparáveis.

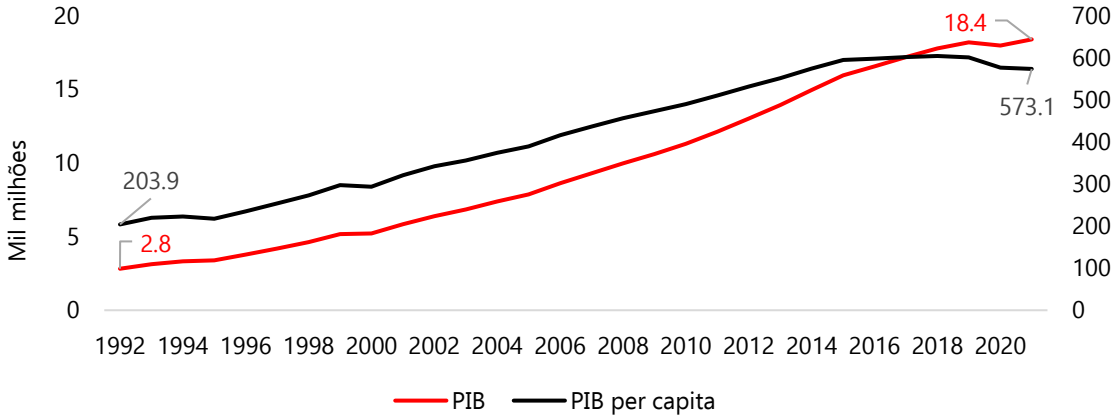
O PIB de 1992 era de 2,8 mil milhões de USD e em 2021 de cerca de 18, 4 mil milhões de USD, o que significa um aumento de 6,5 vezes. Nesse mesmo período, o PIB por habitante passou de 203,9 para 573,1 dólares, o que representa um incremento de 2,8 vezes.

Moçambique, em termos de volume do PIB e a preços constantes, ocupava, em 2000, o lugar 127º em 199 países avaliados, 128º em 204 países em 2010, e o lugar 128º, em 2021, em 216 países[61]. Em termos de PIB por habitante, nos três anos mencionados, Moçambique ocupava os lugares 180º em 201 países, 196º em 203 países, e 179º em 186 países, respectivamente. Estes dados indicam que Moçambique é um país onde os seus cidadãos têm os rendimentos mais baixos do mundo, sendo um país de tamanho médio em termos de dimensão do PIB. Moçambique possuía, em 2021 um PIB sensivelmente equivalente a 0,07% do PIB da maior economia do mundo (os Estado Unidos da América) (Banco Mundial, 2021). Comparando com alguns países da região, a

[61] Em 2021, entre 206 países avaliados, o PIB das dez maiores economias do mundo concentrava 68.34% do PIB mundial (Estados Unidos, China, Japão, Alemanha, Reino Unido, Índia, França, Itália, Canadá e Coreia do Sul), o que representava um índice de Gini mundial de 88,36.

economia de Moçambique possuía um PIB aproximado a 3,8% da África do Sul, 22,2% de Angola, 23,8% da Tanzânia e 61,4% do Zimbabué.

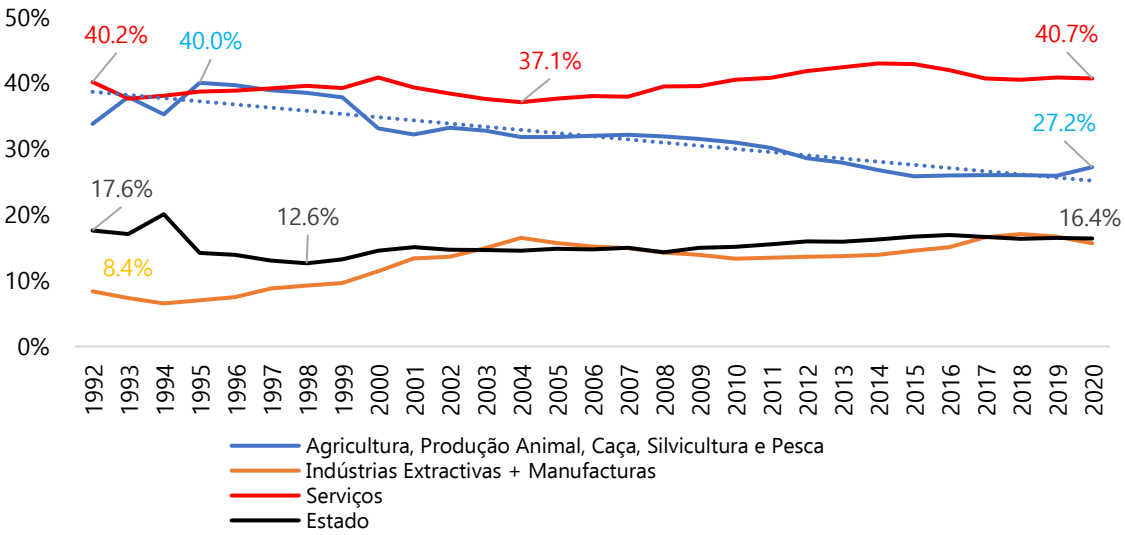
Gráfico 1
Tendência PIB e PIB *per capita* em mil milhões de dólares entre 1992 e 2020, a preços de 2015



Nota: O PIB *per capita* está na escala secundária (à direita) em USD.
Fonte: Elaboração do autor com base nos dados do Banco Mundial.

O gráfico 2 revela que a agricultura perde peso na formação do PIB, em favor do aumento da indústria extractiva (principalmente gás, carvão e minas) e manufactureira (SASOL, bebidas e alimentares). Os serviços crescem a partir de meados da última década do século passado. Ressalta-se que na agricultura, as culturas principalmente exportadas (açúcar, algodão, caju, feijão bóer, gergelim e tabaco) tiveram comportamentos produtivos e de produtividade positivos, assim como os bens de consumo (batata-reno, cebola e tomate), produzidos essencialmente por médios e grandes produtores.

Gráfico 2
Tendência da proporção do PIB (em USD) por sector de actividade entre 1992 e 2020

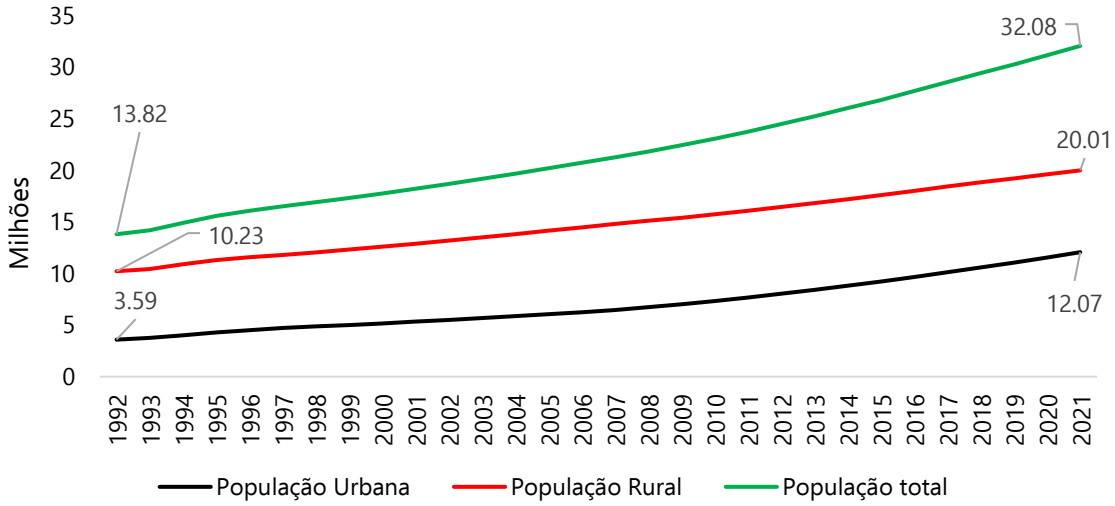


Fonte: Elaboração do autor com base nos dados do BdeM.

4.2 População e emprego

O gráfico 3 revela um incremento rápido da população (em 2021 foi de 2,3 vezes mais que em 1992) e que este incremento foi mais acentuado nas zonas urbanas (aumento de 3,37 vezes), devido à atracção por melhores condições de vida (acesso a serviços básicos) e maiores oportunidades de trabalho, sobretudo em actividades informais. Verificam-se também migrações para as zonas rurais atravessadas por corredores de desenvolvimento e que, geralmente, possuem uma rede mais apertada de vilas e de assentamentos populacionais com natureza urbanística, e o surgimento de novas actividades económicas (principalmente grandes projectos criando emprego, mas, sobretudo expectativas de emprego).

Gráfico 3
Tendência da população total e por zona, entre 1992 e 2020



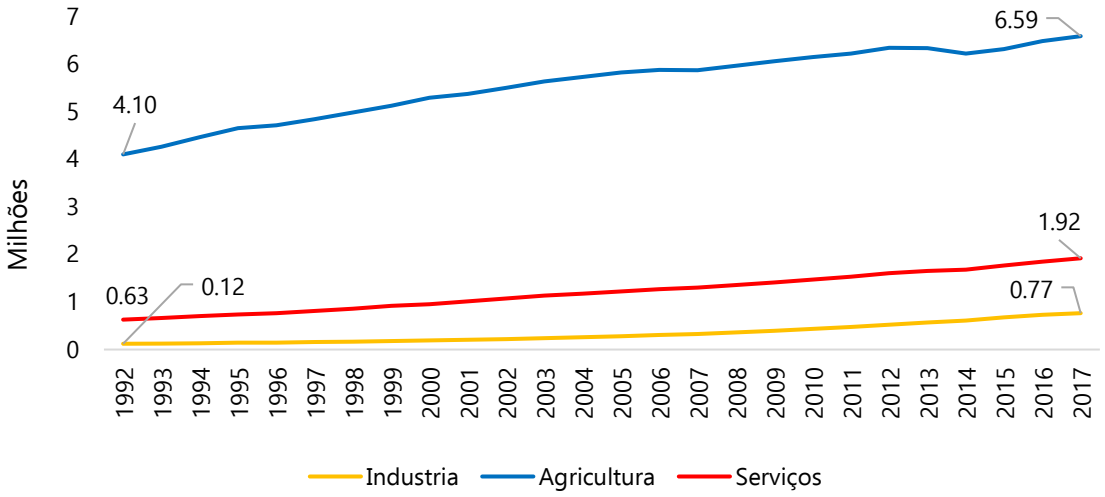
Fonte: Elaboração do autor com base nos dados do Banco Mundial.

O gráfico 4 revela que o incremento da população cresceu mais que a população com emprego, o que revela que o número de cidadãos sem ocupação formal cresceu mais que a população com emprego. Embora a população activa na agricultura tenha aumentado em 1,6 vezes, 6,4 vezes na indústria e 3 vezes nos serviços, o volume de empregados na agricultura é cada vez maior. Esta observação, indica uma baixa capacidade de criação de emprego fora da agricultura, incluindo de emprego precário, o que é facilmente verificado pela definição de emprego utilizado[62].

[62] Empregado é definido como a pessoa que tem idade igual ou superior a 15 anos e que se encontra numa das seguintes situações: (1) trabalhou pelo menos uma hora nos últimos 7 dias anteriores ao inquérito, com vista à produção de bens ou serviços, mediante pagamento em dinheiro ou em espécie; (2) ajudou um familiar na produção de bens e serviços, sem remuneração; (3) não trabalhou, mas tinha emprego durante o período de referência. Isto é, esteve em gozo de férias, licença de parto, em greve, etc. Banco Mundial (2023) - https://datos.bancomundial.org/pais/mozambique.

Gráfico 4

Evolução da população activa empregada por sector de actividade, entre 1992 e 2017

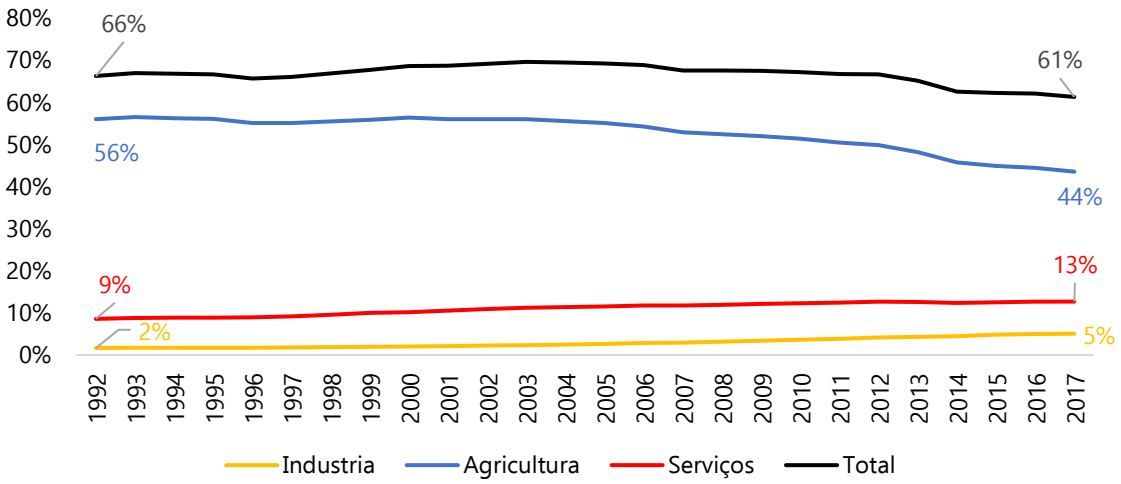


Fonte: Elaboração do autor com base nos dados do Tradingeconomics.

Observa-se no gráfico 5, que embora o volume de população com alguma ocupação tenha aumentado em todos os sectores, em termos percentuais, a agricultura reduziu a sua comparticipação e foi compensada, parcialmente, pelo sector de serviços e da indústria (sobretudo a extractiva e os subsectores da transformadora acima referidos).

Gráfico 5

Evolução da proporção da população activa empregada e por sector de actividade, entre 1992 e 2017



Fonte: Elaboração do autor com base nos dados do Tradingeconomics.

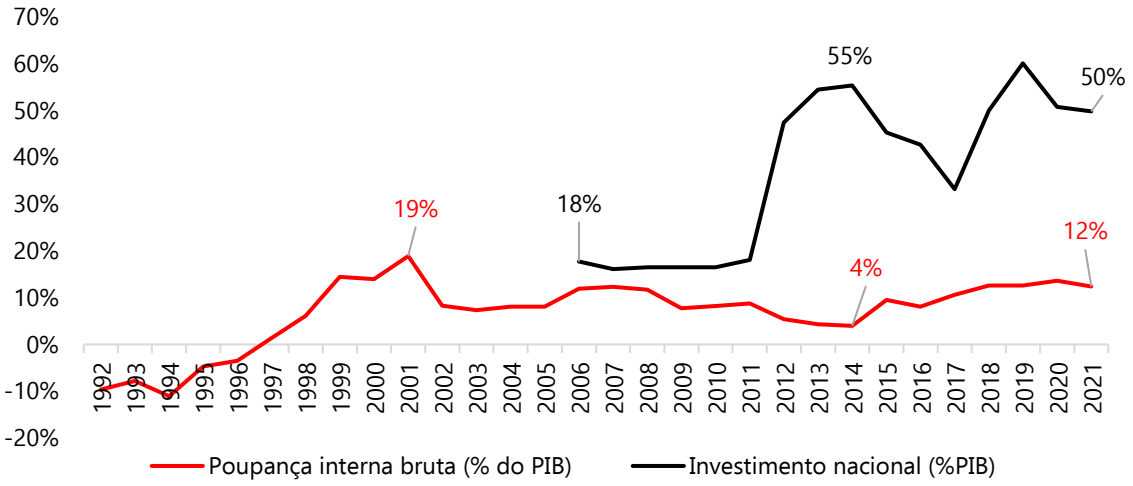
Entre 1992 e 2017, a agricultura foi responsável por 78% do emprego total no período, 17% pelos serviços e 5% pela indústria[63].

Se for considerada a definição de emprego vulnerável[64], a realidade que se pode inferir é muito diferente: Em 1992, do total da população empregue em Moçambique, 89,2% tinha um emprego vulnerável, passando para 83,1% em 2018.

4.3 Poupança e investimento

O gráfico 6 revela principalmente uma fraca capacidade de poupança da economia e um elevado nível de investimento, sobretudo a partir dos primeiros anos da segunda década deste século, em sectores que não reflectem o crescimento interno da economia e dos seus processos de acumulação. O nível do investimento só é justificado pelo IDE e por empréstimos externos, o que está demonstrado no gráfico 7.

Gráfico 6
Evolução da proporção da poupança interna bruta e do investimento nacional sobre o PIB entre 1992 e 2021



Fonte: Elaboração do autor com base nos dados do INE (Anuários estatísticos entre 2010 e 2021) sobre o investimento nacional e Banco Mundial para a poupança interna bruta.

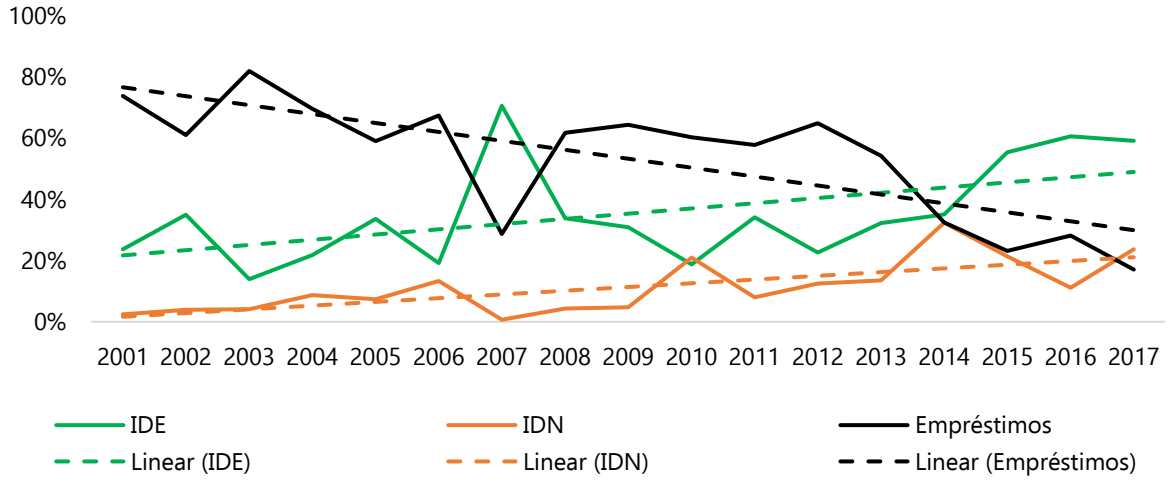
O gráfico 7 revela que o investimento externo (IDE), interno (IDN) e os empréstimos são muito oscilantes no período analisado e não é evidente que existam compensações entre as três formas de financiamento da economia. Porém, observa-se um crescimento do IDN em quase todos os anos. No período de 2001 a 2017, o IDE total nesse período representa 38% do total do investimento, o IDN 12% e os empréstimos 50%. Do total do investimento realizado entre 2001 e 2017, cerca de 88% é de origem externa (Banco de Moçambique, 2021).

As oscilações dos investimentos e dos empréstimos externos podem ter várias interpretações, como, por exemplo: (1) demanda externa de fontes energéticas (carvão e gás), minerais preciosos e estratégicos (areias pesadas e ouro), *commodities* agrícolas para fins industriais (algodão e

[63] Dados calculados a partir da mesma fonte, considerando o total do período em análise.
[64] Emprego vulnerável refere-se aos trabalhadores familiares não remunerados e aos trabalhadores por conta própria. Os dados baseiam-se em informações sobre a situação na profissão (Banco Mundial, 2020).

tabaco) e para cadeias alimentares (feijão bóer e gergelim); (2) ambiente interno para o investimento, sobretudo existência de conflitualidades; (3) "facilidades" oferecidas pelo Governo de Moçambique e ambiente de negócios.

Gráfico 7
Evolução e tendência do investimento em Moçambique entre 2001 e 2017[65]

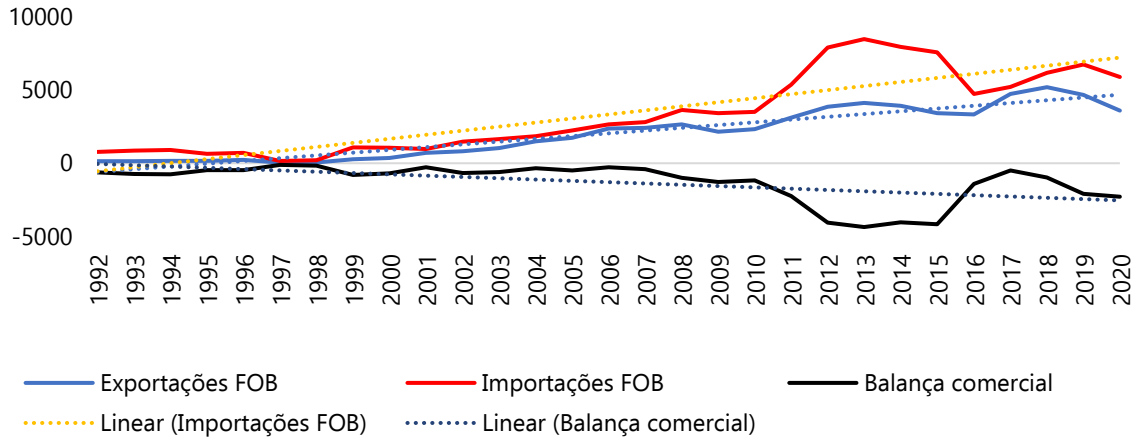


Fonte: Elaboração do autor com base nos dados do BdeM.

4.4 Comércio externo

O gráfico 8 revela um défice persistente e com tendência a aumentar da balança comercial.

Gráfico 8
Tendência das exportações, importações e da Balança comercial, entre 2001 e 2020

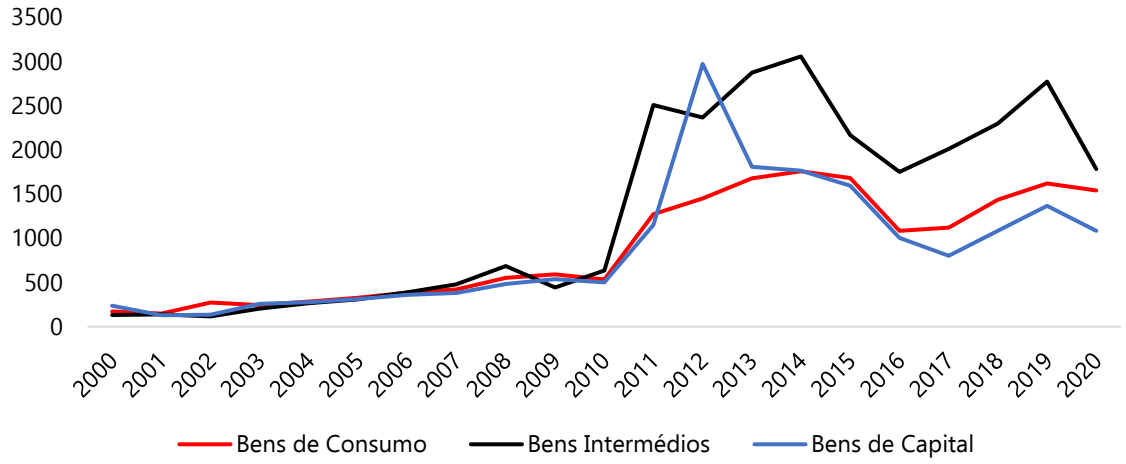


Fonte: Elaboração do autor com base nos dados do BdeM.

[65] IDN não inclui o investimento público. Empréstimos correspondem ao total (interno e externo).

Observa-se, no gráfico 9, um incremento rápido das importações em todas as categorias de bens (incluindo de capital). Os bens intermédios e de capital estão temporalmente relacionados com os investimentos dos grandes projectos (início destes e da importação de bens de capitais e de bens intermédios) a partir de 2010 e 2011. Os bens de consumo estão associados ao incremento da população e, em particular, da urbana, do aumento do rendimento por habitante e da redução da produção agrícola por habitante[66].

Gráfico 9
Tendência importações em milhões de USD, entre 2000 e 2020



Fonte: Elaboração do autor com base nos dados do BdeM.

Os gráficos 10, 11 e 12 indicam a evolução dos termos de troca (relações entre os preços) entre os principais bens exportados e os principais importados. Pode-se constatar: (1) quando o bem exportado é industrial (alumínio), os termos de troca com os principais bens importados alimentares (arroz e trigo) é desfavorável a Moçambique (termos de troca desfavoráveis), assim como em relação à importação de petróleo; (2) quando o bem exportado é agrícola para fins industriais (algodão), a sua relação com a importação de arroz e petróleo é desfavorável para Moçambique e o contrário no caso do trigo; (3) quando a exportação é de carvão verificam-se termos de troca favoráveis à importação de arroz e o trigo e o contrário para o petróleo; (4) o petróleo possui relações de troca menos acentuadas com os bens exportados; (5) o carvão possui relações de troca favoráveis para Moçambique; (6) existe grande variabilidade das relações de troca, particularmente nos anos 2008 e 2009, o que é coincidente com a crise internacional nesse período, verificando-se, nesse curto prazo, o agravamento dos termos de troca para os bens importados considerados nos gráficos.

[66] Veja Nova, Yara e Mosca, João (2022). *A falácia da prioridade da agricultura*. OMR. Destaque Rural Nº 162.

Gráfico 10
Evolução dos termos de troca em função do preço do alumínio entre 2001 e 2019

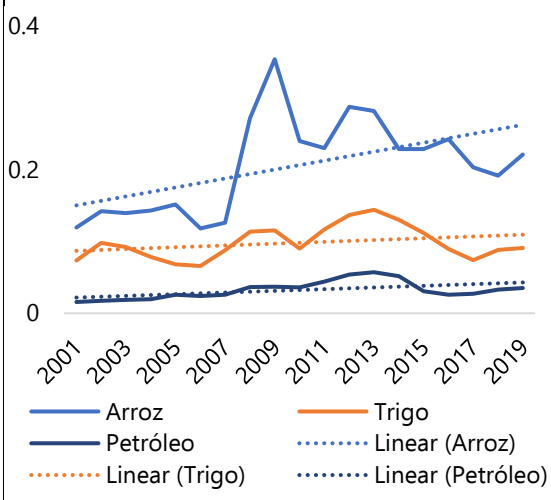


Gráfico 11
Evolução dos termos de troca em função do preço do Algodão entre 2001 e 2019

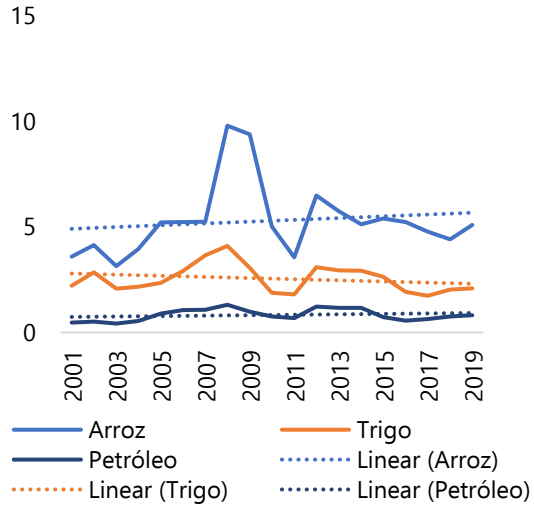
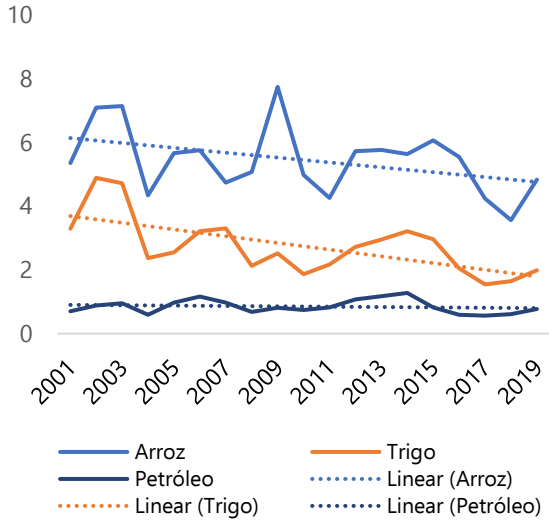


Gráfico 12
Evolução dos termos de troca em função do preço do carvão entre 2001 e 2019

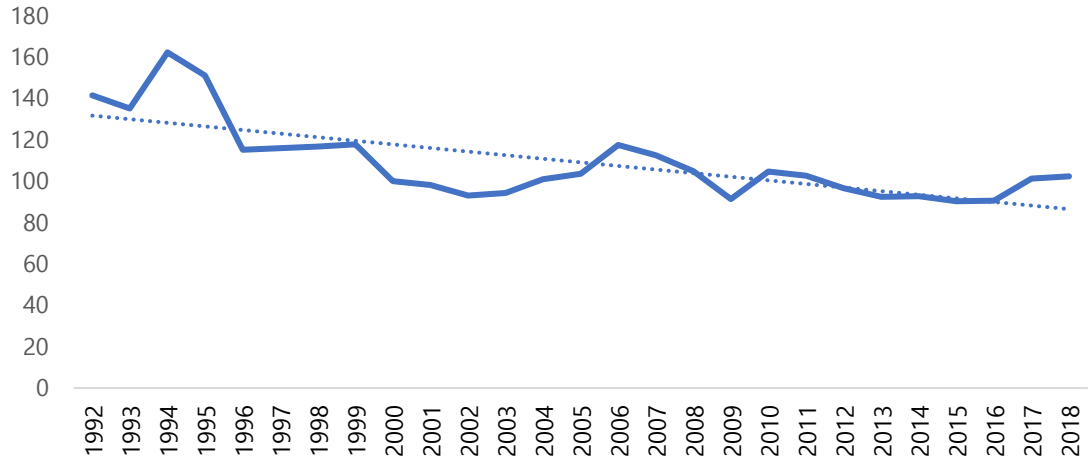


Fonte: Elaboração do autor com base nos dados do FMI.

O gráfico 13 revela a evolução dos termos de troca para o total de bens importados e exportados por Moçambique. Observa-se um acentuado e persistente agravamento dos termos de troca desfavoráveis para a economia moçambicana, isto é, uma perda do poder aquisitivo dos bens exportados pelo país.

Gráfico 13

Evolução do índice de comércio por troca directa[67] (2000=100) entre 1992 e 2018



Fonte: Elaboração do autor com base nos dados do Banco Mundial

4.5 Dívida interna e externa

O gráfico 14 apresenta a evolução da dívida interna e externa e o gráfico 15 apresenta a percentagem da dívida externa sobre o PIB. Observa-se o aumento galopante de ambas, sublinhando-se que a dívida interna aumentou mais rapidamente a partir de 2016/2017, enquanto, simultaneamente, a externa diminuiu. Esta mudanças podem ser justificadas pelas reacções das multinacionais e da cooperação ao despoletar das dívidas ilegais e ocultas[68].

[67] Veja definição de termos de troca acima, nota de roda pé 20.

[68] As dívidas ocultas foram contraídas no segundo mandato da governação de Emílio Guebuza, envolvendo cerca de 2,2 mil milhões de dólares. São chamadas de "ocultas", pois não foram cumpridos os procedimentos legais de autorização para a contracção das mesmas, que deveriam ser aprovadas na Assembleia da República e pelo FMI. Posteriormente, com o desvendar dos factos existiu a prosseguem processos judiciais em Moçambique e no estrangeiro, envolvendo igualmente decisões de importantes e grandes instituições financeiras internacionais. Existem casos de corrupção ou incerteza sob a aplicação dos financiamentos externos. Durantes 3 a 5 anos, houve grande redução do investimento externo, de apoio directo ao Orçamento do Estado, o que implicou um abrandamento do crescimento económico, inflação e crise económica interna. Existe uma imensa literatura sobre este tema.

Gráfico14
Tendência do stock da divida interna (em mil milhões) e externa em milhões de USD de dólares entre 2014 e 2019

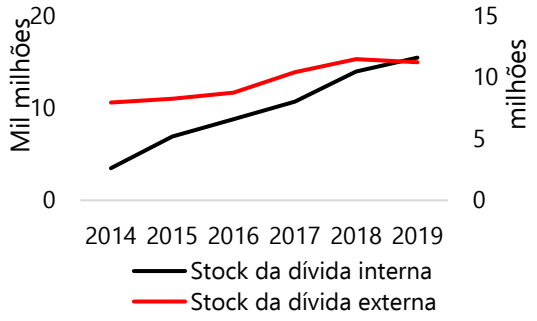
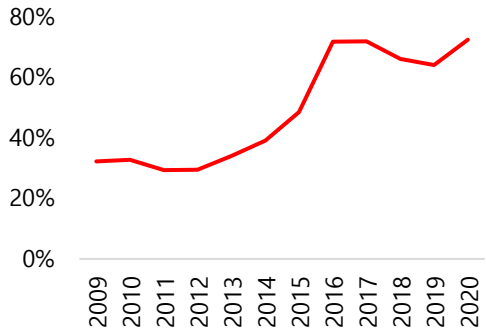


Gráfico 15
Tendência da divida externa (% do PIB) entre 2009 e 2020

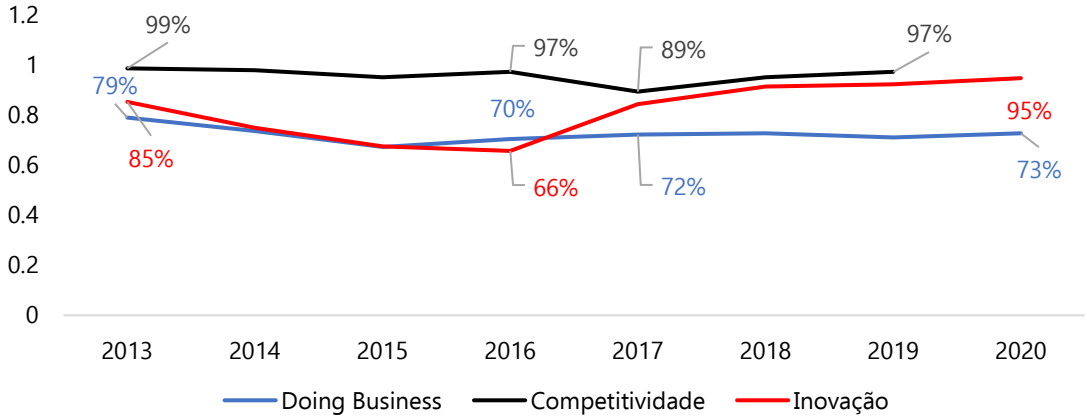


Fonte: Elaboração do autor com base nos dados do BdeM (dívida externa), MEF (dívida interna) e Banco Mundial (divida externa (% do PIB).

4.6 Índices internacionais

Os índices abaixo, apresentados no gráfico 16, estão directamente relacionados com as actividades económicas e seu desempenho. Moçambique encontra-se entre os 15% (em 2013) e os 5% (em 2010) dos países com menos inovação e entre os 1% (em 2013) e os 3% dos menos competitivos (em 2019), de entre os países avaliados. Moçambique possui melhor qualificação no índice Doing Business (DB): entre os 30%, em 2016, 21%, em 2013, e 27% em 2020, com pior DB.

Gráfico 16
Tendência do ratio do ranking de Moçambique entre os países avaliados[69]



Fonte: Relatórios anuais do Doing Business, competitividade global e inovação global.

[69] Os valores foram calculados com base no seguinte ratio:
Ratio do ranking X (neste caso, Moçambique) no ano t/Nº total de países avaliados no ano t, em percentagem. Estes ratios revelam a percentagem da posição de Moçambique entre os países avaliados. Quanto mais elevada for a percentagem, pior é a posição; 100% significa o pior país classificado. No caso da competitividade, Moçambique, em 2019, teve um indicador de 97%, o que significa que apenas 3% dos países avaliados são menos competitivos.

4.7 Resumo

As estatísticas da economia moçambicana revelam:

- A economia possui uma dimensão pequena, com um PIB em crescimento e um PIB por habitante dos mais baixos do mundo. Os serviços são o sector com maior participação na formação do PIB, mantendo-se com uma percentagem em redor dos 40%; a agricultura encontra-se em segundo lugar e com uma tendência acentuadamente decrescente, tendo passado de 40%, em 1992, para 27,2%, em 2020. Os sectores do Estado e da indústria manufactureira e extractiva mantêm-se semelhantes, com uma participação em redor de 15% cada. A partir dos primeiros anos deste século, a indústria teve um importante aumento da contribuição no PIB, como resultado dos investimentos em sectores já enumerados.
- A população possui um crescimento bastante elevado, sendo que a percentagem da população urbana aumentou mais rapidamente (de 25% do total da população em 1992 para 37% em 2021). A população activa empregada concentra-se na agricultura (comparativamente com os sectores da indústria e dos serviços), verificando-se neste sector um aumento percentual menor, mas com um incremento maior de número de empregados.
- A poupança interna, como proporção do PIB, foi negativa entre 1992 e 1997, atingiu um pico de 19% em 2001 e, depois, até 2021 foi inferior a 10% (excepto em 2021 com 12%), o que é baixo, se considerarmos o impacto dos novos investimentos no crescimento e a amortização do capital fixo e circulante. A poupança externa subiu vertiginosamente depois de 2011, atingindo até 2021, níveis acima de 50% do PIB. Isto é, a economia investe com base na poupança externa (investimento e empréstimos, que atingiram quase 90% do investimento), sobretudo nos sectores de exportação e nos sectores internos associados aos grandes projectos.
- O sector externo da economia é cronicamente deficitário, onde se manifesta a tendência da exportação de bens primários (gás, carvão e outros minérios e *commodities* agrícolas – açúcar, algodão, banana, feijão bóer, gergelim e tabaco), e a importação de bens alimentares (sobretudo, arroz, trigo e óleos alimentares). Os termos de troca entre alguns dos produtos mais importados e mais exportados são negativos na maioria dos casos; ao nível do conjunto da economia, verifica-se a um acentuado e persistente decréscimo dos termos de troca da economia nacional nas usas relações externas.
- As dívidas interna e externa sofreram, no período estudado, um constante agravamento em volume e em percentagem do PIB, o que coloca o país em 2019, depois de uma melhoria da classificação da agência de rating Standard & Poor's (S&P) para o indicador CCC+/C, considerando país de elevada vulnerabilidade e risco para os investidores – "tendo em conta a actual capacidade financeira do país e as incertezas relativamente às receitas futuras". Antes de 2019, o país esteve com a classificação tendo SD (*selective default* - incumprimento financeiro selectivo)[70].
- Alguns dos principais índices internacionais da economia revelam que o país se encontra entre os piores de entre os países avaliados, com tendência a piorar a partir de 2016/2017.

[70] https://www.jornaldeangola.ao/ao.

Em síntese, a análise estatística descritiva manifesta que: (1) a economia moçambicana é de pequena dimensão; (2) possui um crescimento rápida da população maioritariamente vivendo no meio rural praticando a agricultura de baixa produtividade; (3) permanece uma elevada percentagem de cidadãos pobres e fortes desigualdades sociais; (4) é dependente de factores externos para crescer (investimento, financiamento e cooperação) e baixa poupança externa que estrangula o empresariado nacional; (5) tem uma estrutura produtiva concentrada nos recursos naturais, commodities para exportação e aumento da dependência alimentar com deterioração das elações de troca do comércio externo.

Nas últimas décadas, assistiu-se a uma desindustrialização dos sectores consumidores de matérias primas e produtores de bens e equipamento para o mercado interno, a um decréscimo da produção e da produtividade de alguns produtos alimentares básicos, à marginalização dos camponeses que constitui a maioria da população, à urbanização rápida e migrações forçadas (económicas, de instabilidade política e militar) e à deterioração de importantes infra-estruturas (estradas e pontes, imobiliário, regadios e de defesa contra choques climáticos, etc.). Os choques climáticos têm aumentado de frequência e intensidade sem que existam medidas locais para aumentas a resiliência económica e social.

A secundarização dos sectores produtivos (agricultura e indústria), a pouca criação de emprego e o decréscimo do rendimento proveniente da agricultura, a fraca qualidade do ensino, o rápido crescimento demográfico e a deterioração de infra-estruturas, têm gerado um maior número de pobres, um aumento da dependência económica e da natureza subdesenvolvida da economia.

5. CONCLUSÃO

A estrutura subdesenvolvida da economia moçambicana resulta de um processo de longa duração iniciado, sobretudo, a partir de finais do século XIX, tendo tido reformas de curto prazo sem efeitos estruturais, principalmente os seguintes: as reformas do modelo colonial após a instauração do Estado Novo em Portugal e depois da década dos anos cinquenta; com a independência, existiu o período da "experiência socialista" entre 1975 e 1986, e, finalmente, o programa de ajustamento estrutural em 1987[71]. As características da economia mantiveram-se, tais como : (1) a base da agricultura de pequena escala, de baixa produtividade e pouco integrada nos mercados; (2) a população e o emprego rural na agricultura "familiar"/"de subsistência"/de pequena escala; (3) a extroversão da economia, primeiro com a produção de *commodities* para a industrialização portuguesa e, depois, para a realização de uma primeira transformação para permitir a exportação ou para preparar os bens importados para o consumo final no país; ressalta-se a fase final colonial em que se desenvolveu (para se desindustrializar após a implementação do PAE), uma indústria transformadora de matérias-primas e para consumo doméstico; (4) depois da primeira década do século XXI, emergiu uma indústria de recursos naturais com poucas ligações com a economia e sociedade e promotora de desigualdades sociais e espaciais.

Os modelos ou estratégias de desenvolvimento, sobretudo depois da independência, foram importados, descontextualizados, aplicados radicalmente, com violência política e económica e com efeitos sociais negativos, com o objectivo da transformação ideologizada da economia e da

[71] Para uma leitura geral sobre estes períodos, veja, por exemplo, Centro de Estudos Africanos (1985) *A Estrutura Económica no Fim do Período Colonial*. Maputo, CEA/UEM, Mosca (1999 e 2005) e Leite (2000), obras citadas anteriormente

sociedade; depois do PAE, existiram, e existem, formas predadoras de actuação do capital externo, configurando um mercado, simultaneamente, selvagem e controlado dos sectores de suporte do poder, cujo objectivo exclusivo é a extracção de riquezas, com poucas, ou sem, relações com a economia doméstica e com pouca criação de emprego, nem consideração pelos efeitos sociais e ambientais.

As instituições (burocracias) depois da independência foram sempre dominadas por elites minoritárias oriundas das aristocracias das sociedades locais que se assimilaram e estabeleceram alianças interétnicas (numa suposta "unidade nacional) e compromisso tácticos de curta duração com elementos maioritariamente descendentes da pequena burguesia colonial, geralmente brancos e indianos. Os libertadores da pátria (líderes da Frelimo, enquanto movimento de libertação), com narrativas múltiplas no quadro marxista ou de uma nova esquerda europeia e africanista, transformaram-se, depois do PAE, na sua grande maioria, numa elite rendista, corrupta e empresarial e acoplada a investidores externos, transformando-se de libertadores em exploradores do povo.

A organização das instituições do Estado e das empresas estatais, primeiro, e, depois das empresas com participação do Estado, tinham como filosofias organizacionais, o centralismo burocrático[72], os métodos e formas militaristas[73] de comando autoritário e obediência inquestionável.

Um partido com as características da Frelimo e um Estado autoritário, centralizador e representante de interesses económicos de elites políticas que, embora com contradições internas, mantêm a "unidade" por objectivos maiores, como sejam a garantia do circulo auto-alimentado entre poder e negócios, são funcionais para a implementação de modelo "socialista" desajustado da realidades e em contexto de conflitos e, igualmente, de um modelo subordinado ao capitalismo internacional e a interesses económicos, políticos e geoestratégicos de alguns países. A situação de Estado frágil e falido, com evidentes sinais de corrupção aos diferentes níveis, é uma construção conveniente à reprodução dos interesses económico externos em aliança com os internos, utilizando o Estado como plataforma de distribuição hierarquizada da riqueza (renda).

[72] Conceito debatido e um dos motivos das lutas internas nos partidos marxistas e de esquerda, começando pelo Partido Comunista (PC) da ex-URSS, onde Estaline, Bukarine Zinovieve e outros representavam os métodos caracterizadores do centralismo burocrático. Trotsky foi um dos grandes opositores à burocratização do PC da ex- URSS, principalmente no período estalinista e enquanto aí militou (até à sua deportação): as estruturas burocráticas significavam uma organização administrativa complexa, normativa, hierarquizada. Estas burocracias adaptam-se a rotinas diárias e ausência de debate, com muitos procedimentos e desfasados das realidades e dos objectivos nacionais e, se for caso, da natureza de classe do pode, e respondem com lealdade (por vezes "canina") aos seus superiores hierárquicos. Estas organizações predominam nos aparelhos administrativos dos partidos e do Estado.

[73] A origem da Frelimo é a de um movimento guerrilheiro de libertação nacional.

LISTA DOS ÚLTIMOS 20 TÍTULOS PUBLICADOS PELO OMR DA SÉRIE OBSERVADOR RURAL*			
Nº	**Título**	**Autor(es)**	**Ano**
143	Configuração da estrutura económica de Moçambique Numa perspectiva de longa duração	João Mosca	Abril de 2024
142	Bases para a elaboração de um índice de dependência externa. Exemplo de Moçambique	João Mosca, Yara Nova e Rabia Aiuba	Março de 2024
141	Análise do projecto sustenta (2017-2019)	Nelson Capaina, Yara Nova e João Mosca	Fevereiro de 2024
140	Alguns determinantes da produtividade agrícola em Moçambique	Yasser Arafat Dadá e João Mosca	Janeiro de 2024
139	Instrumentos de política agrícola e a produção agrícola em Moçambique	Rabia Aiuba	Agosto de 2023
138	"Antes de as mineradoras chegarem, produzíamos muito... agora, já não": impacto da mineração do carvão na produção agrícola das comunidades circunvizinhas às minas em Moatize	Mélica Chandamela	Julho de 2023
137	Após o ciclone idai, as inundações: narrativas e lições de um desastre (in)esperado e "excepcional"	Uacitissa Mandamule	Maio de 2023
136	Penetração de capital no meio rural, exclusão e expropriação: mecanismos de compensação em contexto de desigualdades pré-existentes	Natacha Bruna	Abril de 2023
135	Reforma legal e o mercado de terras em Moçambique	Nelson Capaina	Março de 2023
134	Deslocações forçadas e aumento da pressão sobre o garimpo em Namanhumbir	Jerry Maquenzi e João Feijó	Fevereiro de 2023
133	Os espaços de participação e de exercício da cidadania, na voz de líderes associativos da província de Cabo Delgado	João Feijó	Janeiro de 2023
132	Desafios e oportunidades na produção orizícola no baixo Zambeze: O caso da província da Zambézia	Nelson Capaina	Novembro de 2022
131	Acesso e alocação de terras para além dos grandes investimentos: O papel das elites políticas e económicas em Boane	Josefina Tamele	Outubro de 2022
130	Produção Agrícola e Empoderamento de Mulheres em Contextos Rurais: análise do projecto AgriMulheres em três povoados da província de Nampula (2018- 2021)	Neuza Balane e João Feijó	Setembro de 2022
129	Modelos de desenvolvimento agrário em Moçambique	Yara Nova e Rui Rosário	Setembro de 2022
128	Variações do extractivismo em Moçambique: um mundo inteligente ao clima e a emergência do extractivismo verde	Natacha Bruna	Agosto de 2022
127	Caracterização das condições socioeconómicas dos deslocados internos no Norte de Moçambique ao longo do ano de 2021	João Feijó, Jerry Maquenzi, Daniela Salite e Joshua Kirshner	Agosto de 2022
126	Dinâmicas de inovação tecnológica dos pequenos produtores agrícolas em Moçambique - o caso da produção de soja no Gurué, Alta Zambézia	Rui Rosário, Yara Nova e Naldo Horta	Julho de 2022
125	Terra da abundância, terra da miséria. Usurpação sinergística de recursos em Massingir	Natacha Bruna	Junho de 2022
124	Dinâmicas na produção agrícola no vale do Limpopo: o caso do arroz	Nelson Capaina	Maio de 2022

*Para acessar aos restantes textos da série Observador Rural, visite a nossa página web pelo link: https://omrmz.org/observador-rural/

O OMR é uma Associação da sociedade civil que tem por objectivo geral contribuir para o desenvolvimento agrário e rural numa perspectiva integrada e interdisciplinar, através de investigação, estudos e debates acerca das políticas e outras temáticas agrárias e de desenvolvimento rural.

O OMR centra as suas acções na prossecução dos seguintes objectivos específicos:

- Promover e realizar estudos e pesquisas sobre políticas e outras temáticas relativas ao desenvolvimento rural;
- Divulgar resultados de pesquisas e reflexões;
- Dar a conhecer à sociedade os resultados dos debates, seja através de comunicados de imprensa como pela publicação de textos;
- Constituir uma base de dados bibliográfica actualizada, em forma digitalizada;
- Estabelecer relações com instituições nacionais e internacionais de pesquisa para intercâmbio de informação e parcerias em trabalhos específicos de investigação sobre temáticas agrárias e de desenvolvimento rural em Moçambique;
- Desenvolver parcerias com instituições de ensino superior para envolvimento de estudantes em pesquisas de acordo com os temas de análise e discussão agendados;
- Criar condições para a edição dos textos apresentados para análise e debate do OMR.

Patrocinadores:

EMBAIXADA DA NORUEGA

Suécia
Sverige

Rua Faustino Vanombe, nº 81, 1º Andar
Maputo – Moçambique
www.omrmz.org